



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	17
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	21
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
10. FUNDOS VINCULADOS	25
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	26
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	27
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	27
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	28
15. INVESTIMENTOS.....	37
16. IMOBILIZADO	51
17. INTANGÍVEIS.....	53
18. FORNECEDORES	54
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	55
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	57
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	62
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	62
23. PROVISÕES	64
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	76
25. RECEITA	79
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	84
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	89
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	90
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	93
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	103
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	106
32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	109
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	109
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	109
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	112
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	19



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	582.382	995.132	131.541	69.352
Títulos e Valores Mobiliários	6	690.991	1.014.188	21.641	133.359
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.602.934	3.425.018	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	665.674	730.488	-	-
Tributos Compensáveis	8	246.954	236.284	122	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9 ^a	557.307	589.519	37.872	78.174
Dividendos a Receber		3.742	11.386	711.423	673.239
Fundos Vinculados	10	405.494	367.474	396.038	366.568
Estoques		48.605	49.473	9	12
Adiantamento a Fornecedores		140.541	1.059	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	254.579	-	254.579	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	13	73.345	63.751	-	-
Subvenção Baixa Renda		40.759	36.261	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR		-	48.379	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		901	90.065	-	-
Outros Créditos		541.374	626.993	28.162	20.435
TOTAL DO CIRCULANTE		7.855.582	8.285.470	1.581.387	1.341.139
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	12.123	31.040	693	5.959
Adiantamento a Fornecedores		319.913	229.053	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	174.252	146.367	-	-
Tributos Compensáveis	8	189.675	178.288	1.810	1.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9 ^a	63.639	112.060	63.639	112.060
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9 ^b	2.003.908	1.797.453	745.028	789.318
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	23.144	-	23.144	-
Depósitos Vinculados a Litígios	12	1.743.060	1.886.879	265.243	499.868
Ativos de Concessões de Geração	4	195.611	206.566	-	-
Outros Créditos		612.847	843.589	10.939	37.743
Ativos Financeiros da Concessão	14	6.163.319	4.971.244	-	-
Investimentos	15	8.620.126	8.753.088	12.605.561	12.627.857
Imobilizado	16	2.797.191	3.775.076	1.900	2.201
Intangíveis	17	11.057.685	10.819.680	1.777	1.852
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		33.976.493	33.750.383	13.719.734	14.078.674
TOTAL DO ATIVO		41.832.075	42.035.853	15.301.121	15.419.813

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	2.186.448	1.939.593	23.571	20.936
Encargos Regulatórios	21	351.246	380.586	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	983.993	793.587	4.941	83.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	99.684	26.866	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	24	198.264	466.987	196.004	466.689
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	5.199.471	4.836.923	-	-
Salários e Contribuições Sociais		247.655	224.741	11.358	9.970
Obrigações Pós-emprego	22	224.137	198.867	12.584	11.143
Passivo Financeiro da Concessão	14	704.418	481.835	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	1.242.818	1.149.881	1.242.818	1.149.881
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	245.367	181.200	-	-
Outras Obrigações		666.426	766.394	5.573	7.192
TOTAL DO CIRCULANTE		12.349.927	11.447.460	1.496.849	1.749.445
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	21	544.443	454.625	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	8.856.104	10.342.357	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	722.102	723.922	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	682.757	582.206	-	-
Provisões	23	713.973	815.017	75.259	309.995
Obrigações Pós-emprego	22	4.156.202	4.042.544	405.611	386.321
Passivo Financeiro da Concessão	14	-	323.140	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	259.655	191.587	-	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	66.745	-	-	-
Outras Obrigações		192.960	178.624	40.293	43.771
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.194.941	17.654.022	521.163	740.087
TOTAL DO PASSIVO		28.544.868	29.101.482	2.018.012	2.489.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	24				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.199.855	5.199.855	5.199.855	5.199.855
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(575.873)	(488.285)	(575.873)	(488.285)
Lucros Acumulados		440.416	-	440.416	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		13.283.109	12.930.281	13.283.109	12.930.281
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.098	4.090	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.287.207	12.934.371	13.283.109	12.930.281
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.832.075	42.035.853	15.301.121	15.419.813

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITA LÍQUIDA	25	15.153.781	14.106.738	250	582
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(7.685.392)	(6.126.458)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(791.339)	(741.416)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(789.861)	(623.503)	-	-
		(9.266.592)	(7.491.377)	-	-
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e Administradores		(992.908)	(981.505)	-	-
Materiais		(30.589)	(28.792)	-	-
Serviços de Terceiros		(542.357)	(521.118)	-	-
Depreciação e Amortização		(570.031)	(578.255)	-	-
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(195.345)	(121.302)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(736.754)	(917.855)	-	-
Outras		(58.101)	(57.683)	-	-
		(3.126.085)	(3.206.510)	-	-
CUSTO TOTAL		(12.392.677)	(10.697.887)	-	-
LUCRO BRUTO		2.761.104	3.408.851	250	582
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Despesas com Vendas		(191.343)	(282.915)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(548.075)	(473.230)	(43.214)	(33.248)
Despesas com Provisões Operacionais		(172.105)	(310.020)	(104.037)	(280.532)
Outras Despesas Operacionais		(505.239)	(471.889)	(40.435)	(35.809)
		(1.416.762)	(1.538.054)	(187.686)	(349.589)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(20.680)	47.260	320.979	842.337
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.323.662	1.918.057	133.543	493.330
Receitas Financeiras	27	550.065	835.191	84.893	77.057
Despesas Financeiras	27	(1.271.951)	(1.888.015)	236.553	(4.332)
Resultado antes dos Impostos		601.776	865.233	454.989	566.055
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(305.956)	(148.460)	(13.949)	(11.480)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	101.362	(75.940)	(44.290)	85.988
RESULTADO DO PERÍODO		397.182	640.833	396.750	640.563
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos Acionistas controladores		396.750	640.563	396.750	640.563
Participação de Acionista não-controlador		432	270	-	-
		397.182	640.833	396.750	640.563
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	24	0,32	0,51	0,32	0,51
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	24	0,32	0,51	0,32	0,51

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
RECEITA LÍQUIDA	25	5.135.822	4.895.606	72	129
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.942.974)	(2.170.348)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(387.078)	(215.504)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(304.698)	(196.494)	-	-
		(3.634.750)	(2.582.346)		
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e Administradores		(304.061)	(297.678)	-	-
Materiais		(13.035)	(11.704)	-	-
Serviços de Terceiros		(200.960)	(167.146)	-	-
Depreciação e Amortização		(184.576)	(195.286)	-	-
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(23.266)	(34.468)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(295.720)	(334.122)	-	-
Outras		(36.742)	(18.720)	-	-
		(1.058.360)	(1.059.124)	-	-
CUSTO TOTAL		(4.693.110)	(3.641.470)	-	-
LUCRO BRUTO		442.712	1.254.136	72	129
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Despesas com Vendas		(50.458)	(108.349)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(110.181)	(164.201)	(14.921)	(11.957)
Despesas com Provisões Operacionais		(115.151)	162.192	(88.726)	165.669
Outras Despesas Operacionais		(191.538)	(185.548)	(15.405)	(12.272)
		(467.328)	(295.906)	(119.052)	141.440
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(80.798)	33.218	(190.646)	339.631
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		(105.414)	991.448	(309.626)	481.200
Receitas Financeiras	27	201.164	231.256	51.875	5.602
Despesas Financeiras	27	(188.750)	(654.168)	238.514	(1.128)
Resultado antes dos Impostos		(93.000)	568.536	(19.237)	485.674
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(13.234)	(69.593)	(11.416)	757
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	22.568	(65.441)	(53.175)	(53.034)
RESULTADO DO PERÍODO		(83.666)	433.502	(83.828)	433.397
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		(83.828)	433.397	(83.828)	433.397
Participação de acionista não-controlador		162	105	-	-
		(83.666)	433.502	(83.828)	433.397
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	24	(0,06)	0,34	(0,06)	0,34
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	24	(0,06)	0,34	(0,06)	0,34

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RESULTADO DO PERÍODO	397.182	640.833	396.750	640.563
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(680)	(115)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(4.851)	7.415	(5.531)	7.300
	<u>(5.531)</u>	<u>7.300</u>	<u>(5.531)</u>	<u>7.300</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	(38.134)	(2.441)	(38.134)	(2.451)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	(10)	-	-
	<u>(38.134)</u>	<u>(2.451)</u>	<u>(38.134)</u>	<u>(2.451)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>353.517</u>	<u>645.682</u>	<u>353.085</u>	<u>645.412</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	353.085	645.517	353.085	645.412
Participação de acionista não-controlador	432	165	-	-
	<u>353.517</u>	<u>645.682</u>	<u>353.085</u>	<u>645.412</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
RESULTADO DO PERÍODO	(83.666)	433.502	(83.828)	433.397
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	612	-	612
	-	612	-	612
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	-	23.607	-	23.607
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
	-	23.607	-	23.607
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(83.666)	457.721	(83.828)	457.616
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	(83.828)	457.721	(83.828)	457.616
Participação de acionista não-controlador	162	-	-	-
	(83.666)	457.721	(83.828)	457.616

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.662.723	102.264	-	12.983.698	3.978	12.987.676
Resultado do período	-	-	-	-	640.563	640.563	270	640.833
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	4.974	-	4.974	-	4.974
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	4.849	640.563	645.412	270	645.682
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	445	-	(445)	-	-	-
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(29.147)	29.147	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.285.698	77.966	669.265	14.251.640	4.248	14.255.888
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.248	4.248
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.285.698	77.966	669.265	14.251.640	-	14.251.640
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Resultado do período	-	-	-	-	396.750	396.750	432	397.182
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(680)	-	(680)	-	(680)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(42.985)	-	(42.985)	-	(42.985)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(43.665)	396.750	353.085	432	353.517
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos a Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(43.923)	43.666	(257)	-	(257)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(575.873)	440.416	13.283.109	4.098	13.287.207
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.098	4.098
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(575.873)	440.416	13.283.109	-	13.283.109

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	397.182	640.833	396.750	640.563
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	204.594	224.400	58.239	(74.508)
Depreciação e Amortização	616.783	601.197	351	382
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	23.060	61.932	25	41
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.680	(47.260)	(320.979)	(842.337)
Juros e Variações Monetárias	834.151	589.132	(44.696)	(39.610)
Estorno da Variação Monetária do AFAC	(239.445)	-	(239.445)	-
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	587.624	-	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	558.793	714.237	104.037	280.532
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros.	(148.216)	937.053	-	-
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	(259.516)	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	342.018	335.365	31.863	31.458
	2.937.708	4.056.889	(13.855)	(3.479)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(397.144)	16.995	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	304.841	341.259	-	-
Repasso de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(9.594)	7.944	-	-
Tributos Compensáveis	(22.057)	(34.078)	(116)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(24.460)	(129.246)	88.723	29.316
Transporte de Energia	-	(27.416)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(47.440)	(35.383)	1.598	(3.210)
Dividendos recebidos de Participações	247.824	445.178	361.293	713.900
Ativo Financeiro da Concessão	314.473	(2.174.997)	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(199.400)	(41.929)	-	-
Direito de Retirada de Gás	658.444	-	-	-
Outros	(155.307)	(64.848)	19.077	(1.080)
	670.180	(1.696.521)	470.575	738.929
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	246.855	(280.945)	2.635	(310)
Impostos, Taxas e Contribuições	(399.038)	(185.477)	(78.693)	(32.369)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	175.273	75.934	(9.191)	2.314
Salários e Contribuições Sociais	22.914	59.758	1.388	3.247
Encargos Regulatórios	60.478	(10.789)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(203.090)	(173.731)	(11.132)	(9.476)
Outros	(29.786)	(189.349)	(11.488)	(17.002)
	(126.394)	(704.599)	(106.481)	(53.596)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(1.030.773)	(1.320.119)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(307.860)	(106.956)	(4.758)	(13.794)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.142.861	228.694	345.481	668.060



	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	331.069	1.465.227	116.984	11.385
Em Ativos Financeiros	(160.481)	-	-	-
Fundos Vinculados	(38.020)	(874)	(29.470)	1
Em Investimentos				
Aporte em Investidas	(228.205)	(724.750)	(100.121)	(426.660)
Em Imobilizado	(53.883)	(61.332)	-	(484)
Em Intangível	(691.017)	(779.462)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(840.537)</u>	<u>(101.191)</u>	<u>(12.607)</u>	<u>(415.758)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	60.108	2.858.644	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(1.506.459)	(2.106.248)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(268.723)	(111.453)	(270.685)	(111.453)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(1.715.074)</u>	<u>640.943</u>	<u>(270.685)</u>	<u>(111.453)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(412.750)</u>	<u>768.446</u>	<u>62.189</u>	<u>140.849</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	995.132	924.632	69.352	256.484
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>582.382</u>	<u>1.693.078</u>	<u>131.541</u>	<u>397.333</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2017		30/09/2016		30/09/2017		30/09/2016	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	21.927.158		20.211.783		276		641	
Receita de Construção de Distribuição	725.528		881.450		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	11.226		36.405		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	240.420		212.185		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	2.277		6.638		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	295.749		692.211		-		-	
Receita de Indenização de Geração	259.516		-		-		-	
Investimento em Imobilizado	24.549		40.287		-		-	
Outras Receitas	1.479		3.905		-		-	
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(191.343)		(282.915)		-		-	
	23.296.559		21.801.949		276		641	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.424.585)		(6.734.311)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(882.536)		(825.611)		-		-	
Serviços de Terceiros	(983.908)		(904.721)		(6.796)		(6.226)	
Gás Comprado para Revenda	(789.861)		(623.503)		-		-	
Materiais	(392.871)		(521.118)		(89)		(52)	
Outros Custos Operacionais	(587.938)		(740.543)		(107.183)		(291.438)	
	(12.061.699)		(10.349.807)		(114.068)		(297.716)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.234.860		11.452.142		(113.792)		(297.075)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(616.783)		(601.197)		(351)		(382)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	10.618.077		10.850.945		(114.143)		(297.457)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.680)		47.260		320.979		842.337	
Receitas Financeiras	550.065		835.191		84.893		77.057	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.147.462		11.733.396		291.729		621.937	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.507.087	13,52	1.386.236	11,81	65.849	22,57	48.232	7,76
Remuneração direta	850.936	7,63	856.959	7,3	26.795	9,18	13.137	2,12
Benefícios	406.373	3,65	371.145	3,16	31.928	10,94	28.511	4,58
FGTS	52.452	0,47	65.213	0,56	1.891	0,65	1.261	0,2
Programa de Desligamento Voluntário	197.326	1,77	92.919	0,79	5.235	1,79	5.323	0,86
Impostos, Taxas e Contribuições	7.833.994	70,28	7.631.496	65,04	62.821	21,53	(71.696)	(11,53)
Federais	3.351.706	30,07	3.746.798	31,93	62.186	21,32	(71.965)	(11,57)
Estaduais	4.472.137	40,12	3.875.582	33,03	485	0,17	77	0,01
Municipais	10.151	0,09	9.116	0,08	150	0,05	192	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.409.199	12,64	2.074.831	17,69	(233.691)	(80,11)	4.838	0,78
Juros	1.326.887	11,90	2.004.756	17,09	(236.553)	(81,09)	4.332	0,7
Aluguéis	82.312	0,74	70.075	0,6	2.862	0,98	506	0,08
Remuneração de Capitais Próprios	397.182	3,56	640.833	5,46	396.750	136,00	640.563	102,99
Lucros Retidos	396.750	3,56	640.563	5,46	396.750	136,00	640.563	102,99
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	432	-	270	-	-	-	-	-
	11.147.462	100,00	11.733.396	100,00	291.729	100,00	621.937	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$4.494.345. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R\$5.199.471 e R\$8.856.104. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacional consolidado positivos nos valores de R\$2.142.861 no período de janeiro a setembro de 2017 e R\$228.694 no mesmo período de 2016.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.



O volume substancial de dívida da Cemig pode afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2016 e em 30 de setembro de 2017, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.
- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, está sujeita também às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.



- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida em nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia em nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de fontes de financiamento disponíveis no mercado. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a Companhia espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.



Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderá comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderá comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderá afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar às informações trimestrais individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.



Em 13 de novembro de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/09/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	12	Depósitos Vinculados a Litígios
13	13	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
14	14	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	15	Investimentos
16	16	Imobilizado
17	17	Intangível
18	18	Fornecedores
19	19	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	20	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	21	Encargos Regulatórios
22	22	Obrigações Pós-Emprego
23	23	Provisões
24	24	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	25	Receita
26	26	Custos e Despesas Operacionais
27	27	Receitas e Despesas Financeiras
28	28	Transações com Partes Relacionadas
29	29	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	30	Mensuração Pelo Valor Justo
33	33	Transações não Envolvendo Caixa
34	34	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:



Número	Título das Notas Explicativas
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Os contratos de concessões (Contrato de Concessão 007/97) da Usina Hidrelétrica Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda) da controlada Cemig GT venceram em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. A controlada por entender que tem direito à renovação dessas concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das concessões. Entretanto estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.



Como parte da discussão judicial, em março de 2017, as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, foram revogadas.

Até a data de revogação das liminares de cada uma das usinas, a controlada Cemig GT reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais das usinas, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Cemig GT cessou o reconhecimento das despesas de depreciação das usinas e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de cotas.

A Administração da controlada permanece defendendo o seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da controlada.

Em que pese a existência de discussões judiciais pendentes envolvendo as usinas São Simão, Jaguara e Miranda, em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, esta última cujo contrato de concessão também venceu em fevereiro de 2017, anteriormente pertencentes à CEMIG GT, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R\$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Até a assinatura dos novos contratos de concessão com os concessionários vencedores do Leilão 01/2017, bem como a efetiva transferência da posse das respectivas instalações, enquanto durar o período de operação assistida previsto no edital do Leilão 01/2017, o Ministério de Minas e Energia mantém a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas Jaguara, Miranda, São Simão e Volta Grande, de forma a garantir a continuidade do serviço. A Receita anual de Geração (RAG) das usinas totaliza o valor de R\$433.243 por ano, tendo sido reconhecida receita no montante de R\$330.369 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$238.641 no mesmo período de 2016). O período de operação assistida não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.



Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1.027.751, sendo R\$243.599 destinados à indenização da usina São Simão e R\$784.152 destinados à indenização da usina Miranda, valores referentes a setembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Os valores estão sendo atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização. Os saldos ainda não amortizados das concessões das Usinas São Simão e Miranda referentes aos seus Projetos Básicos foram ajustados para refletir as definições da Portaria nº 291/17. Foram reconhecidas receitas de atualização neste trimestre, no montante de R\$259.516 (mais detalhes nas notas explicativas nº 14 e 25). A controlada transferiu os referidos saldos para o Ativo Financeiro da Concessão.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão da Usina Jaguará, no valor contábil de R\$169.822, bem como os valores dos investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas de São Simão e Miranda, no valor contábil de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos de Concessões de Geração.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda, e não espera perdas na realização destes ativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	33.631	101.419	4.527	4.414
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários				
– CDB (1)	421.000	523.673	123.382	17.098
Overnight (2)	125.726	370.040	3.632	47.840
Outros	2.025	-	-	-
	548.751	893.713	127.014	64.938
	582.382	995.132	131.541	69.352



- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que, em 30 de setembro de 2017, variam entre 60% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 8,14% em 30 de setembro de 2017 (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29 das informações contábeis intermediárias consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	40.139	46.011	257	4.238
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	532.265	728.293	15.377	94.156
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	103.954	192.995	3.003	24.951
Debêntures (4)	12.737	45.289	2.204	9.403
Outros	1.896	1.600	800	611
	690.991	1.014.188	21.641	133.359
Não Circulante				
Letras Financeiras - Bancos	-	14.134	-	1.820
Debêntures	12.123	16.906	693	4.139
	12.123	31.040	693	5.959
	703.114	1.045.228	22.334	139.318

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,8% a 105,25%, em 30 de setembro de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).



- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Fornecimento Faturado	1.447.494	675.175	800.736	2.923.405	2.568.823
Fornecimento não Faturado	904.714			904.714	919.531
Suprimento a Outras Concessionárias	350.748	17.482	10.136	378.365	422.981
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	40.248	38.075	168	78.491	1.432
Concessionários – Transporte de Energia	238.710	8.519	96.430	343.659	318.723
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	(851.448)	(851.448)	(660.105)
	2.981.914	739.251	56.022	3.777.186	3.571.385
Ativo Circulante				3.602.934	3.425.018
Ativo não Circulante				174.252	146.367

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Residencial	358.373	244.964
Industrial	156.151	132.586
Comércio, Serviços e Outras	165.257	152.297
Rural	36.956	23.764
Poder Público	40.129	9.672
Iluminação Pública	5.008	5.392
Serviço Público	14.900	15.408
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.762	67.733
Outros	6.912	8.289
	851.448	660.105



A movimentação do ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa no período de nove meses findo em 30 de setembro é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445
Constituição de provisão	282.915
Baixas de provisão	(321.581)
Saldo em 30 de setembro de 2016	586.779
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituição de provisão	191.343
Saldo em 30 de setembro de 2017	851.448

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia com determinados clientes, sendo que o saldo referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	282.601
Realização	(189.355)
Atualização Financeira	37.666
Saldo em 30 de setembro de 2017	312.112
Passivo Circulante	245.367
Passivo Não Circulante	66.745

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	162.624	155.306	-	-
PIS-PASEP	12.484	12.480	20	-
COFINS	57.659	57.634	102	-
Outros	14.187	10.864	-	-
	246.954	236.284	122	-
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	184.010	170.551	-	-
PIS-PASEP	534	914	3	4
COFINS	2.905	4.597	11	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	189.675	178.288	1.810	1.816
	436.629	414.572	1.932	1.816

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.



Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	417.368	436.167	36.846	78.174
Contribuição Social	139.939	153.352	1.026	-
	<u>557.307</u>	<u>589.519</u>	<u>37.872</u>	<u>78.174</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	49.709	98.132	49.709	98.132
Contribuição Social	13.930	13.928	13.930	13.928
	<u>63.639</u>	<u>112.060</u>	<u>63.639</u>	<u>112.060</u>
	<u>620.946</u>	<u>701.579</u>	<u>101.511</u>	<u>190.234</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:



	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	357.381	290.272	196.784	202.797
Provisões	1.048.698	1.027.279	499.064	547.277
Obrigações Pós-Emprego	1.239.740	1.175.074	129.862	121.973
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	323.483	228.801	7.192	7.192
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	203.388	201.711	-	-
Concessão Onerosa	8.152	8.262	-	-
Outros	15.637	22.096	363	190
Total	3.196.479	2.953.495	833.265	879.429
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(30.864)	(44.835)	-	-
Custo atribuído	(277.890)	(268.009)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(468.052)	(481.488)	(88.237)	(90.111)
Encargos Financeiros Capitalizados	(159.738)	(148.559)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(576)	(1.549)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(666.143)	(516.985)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(264.588)	(270.553)	-	-
Outros	(7.477)	(6.270)	-	-
Total	(1.875.328)	(1.738.248)	(88.237)	(90.111)
Total Líquido	1.321.151	1.215.247	745.028	789.318
Total do Ativo	2.003.908	1.797.453	745.028	789.318
Total do Passivo	(682.757)	(582.206)		

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	809.232	778.120
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(75.940)	85.987
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	38	-
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	73	-
Saldo em 30 de setembro de 2016	733.403	864.107
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.215.247	789.318
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	101.362	(44.290)
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	4.543	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.321.152	745.028



c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado antes dos Impostos	601.776	865.233	454.989	566.055
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(204.604)	(294.179)	(154.696)	(192.459)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(34.968)	(19)	95.207	265.726
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.171)	(2.580)	-	-
Incentivo Fiscal	4.053	3.184	66	69
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	59.692	79.861	-	-
Multas Indedutíveis	(10.077)	(12.194)	(11)	(14)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(9.229)	(9.268)	-	-
Outros	(7.290)	10.795	1.195	1.186
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(204.594)	(224.400)	(58.239)	74.508
Alíquota Efetiva	34,00%	25,94%	12,80%	13,16%
Imposto Corrente	(305.956)	(148.460)	(13.949)	(11.480)
Imposto Diferido	101.362	(75.940)	(44.290)	85.988

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Resultado antes dos Impostos	(93.000)	568.536	(19.237)	485.674
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	31.620	(193.302)	6.541	(165.129)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(44.064)	9.832	(71.617)	112.486
Contribuições e Doações Indedutíveis	(659)	(776)	-	-
Incentivo Fiscal	(2.035)	2.075	23	19
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	1.586	-	66
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	20.873	45.575	-	-
Multas Indedutíveis	(1.672)	(4.612)	-	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.117)	(3.111)	-	-
Outros	8.388	7.699	462	281
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	9.334	(135.034)	(64.591)	(52.277)
Alíquota Efetiva	10,04%	23,75%	335,77%	10,76%
Imposto Corrente	(13.234)	(69.593)	(11.416)	757
Imposto Diferido	22.568	(65.441)	(53.175)	(53.034)

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$405.494 no consolidado e R\$396.038 na controladora, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e LEPSA, como garantia para liquidação das opções de venda, descritas na nota explicativa nº 15. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.



11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conforme divulgado na nota explicativa nº 23, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente a discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R\$ 277.723, sendo R\$239.445 relativo ao valor original do depósito e R\$38.278 relativo a sua atualização até 30 de setembro de 2017. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.



12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhista	320.950	259.415	38.483	31.231
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	26.601	24.130	238	510
PASEP/COFINS (1)	750.839	746.340	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	37.249	36.657	-	-
ITCD	48.365	45.620	47.926	45.181
IPTU	64.498	80.345	53.602	65.694
FINSOCIAL	39.083	37.399	39.083	37.399
IR/CS - Indenização do Anuênio (3)	265.178	255.127	12.745	12.262
Outros	80.895	59.247	30.975	28.702
	1.312.708	1.284.865	184.569	189.748
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	-	239.445	-	239.445
Regulatório	51.614	60.227	29.237	27.374
Responsabilidade Civil	14.149	13.484	5.979	6.015
Relações de Consumo	5.975	5.598	1.561	1.548
Bloqueio Judicial	12.348	7.877	4.071	3.118
Outros	25.316	15.968	1.343	1.389
	109.402	342.599	42.191	278.889
	1.743.060	1.886.879	265.243	499.868

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 19;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Mais detalhes na nota explicativa nº 11 e 23.
- (3) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio)

13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$621.731 (R\$600.356 em 30 de setembro de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.



14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/09/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (1)		
Concessões de Distribuição	271.612	216.107
Concessões de Transmissão (1.2)	473.374	482.281
Indenização a Receber – transmissão (1.1)	1.975.775	1.805.230
Indenizações a Receber – geração (1.3)	1.685.958	546.624
Bonificação pela Outorga – Concessões de geração (1.4)	2.321.817	2.253.765
	<u>6.728.536</u>	<u>5.304.007</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	100.457	397.725
Total	6.828.993	5.701.732
Ativo Circulante	665.674	730.488
Ativo Não Circulante	6.163.319	4.971.244

Passivos Financeiros da Concessão	30/09/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	704.418	804.975
Passivo Circulante	704.418	481.835
Passivo Não Circulante	-	323.140

1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

1.1) Transmissão - Indenização a Receber

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).



As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP. (Mais detalhes na nota explicativa nº 25 (g)).

Indenização dos ativos de transmissão – Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da controlada, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Cemig GT e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT durante os próximos doze meses. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber é de R\$111.941.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da ANEEL e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei nº 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Cemig GT tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização:



Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 06/2017	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica ANEEL nº 183/2017	149.255
Atualização Financeira	25.894
Recebimentos	(125.204)
Total em 30/09/2017	1.975.775

A Resolução Normativa nº762, de 21 de fevereiro de 2017, definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016. Desta forma, a partir de julho de 2017, a Cemig GT começou a receber esta indenização.

1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber pela controlada Cemig GT é de R\$473.374.

1.3) Geração - Indenização a Receber

Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela controlada Cemig GT. A partir do término da concessão, a controlada passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876 em 30 de setembro de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).



Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização dos ativos indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas do Lote D passaram a ser operadas pela Cemig GT em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos.

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do referido Leilão.

Conforme mencionado na nota explicativa no 4, em 27 de setembro de 2017, a usina Volta Grande também foi leiloada pelo Governo Federal e a transferência dos ativos da operação da usina não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.

1.4) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:



	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	129.986	(92.612)	1.320.571
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	40.973	(29.207)	414.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	17.193	(12.418)	154.679
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	12.809	(9.244)	116.012
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	17.884	(13.007)	151.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	13.424	(9.876)	102.863
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	8.151	(6.004)	61.857
Total		2.253.765	240.420	(172.368)	2.321.817

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Usinas Miranda e São Simão

Em 03 de agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº291 estabelecendo os valores de indenização das Usinas Hidrelétricas São Simão e Miranda, cujas concessões venceram em janeiro de 2015 e dezembro de 2016 respectivamente.

A Portaria prevê o pagamento da indenização até 31 de dezembro de 2018, após o recebimento pela União do pagamento a título de bonificação pela outorga resultante da licitação das concessões das usinas pelos vencedores da licitação. O valor da indenização deverá ser atualizado pelo IPCA até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das usinas e pela SELIC para títulos federais a partir da data de assinatura do contrato de concessão até a data do efetivo pagamento da indenização.



Os valores do projeto básico das usinas foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente, conforme segue:

Usinas	Término das concessões	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos do projeto básico com base no Custo Atribuído em 30/09/17 (A)	Ajuste (1) (B)	Valores com base na Portaria MME nº 291 (A)+(B)	Atualização (C)	Saldo líquido dos ativos do projeto básico em 30/09/17 (A)+(B)+(C)
Miranda	dez/16	750.836	629.368	606.822	177.330	784.152	13.978	798.130
São Simão	jan/15	61.959	205.987	202.744	40.855	243.599	27.353	270.952
		812.795	835.355	809.566	218.185	1.027.751	41.331	1.069.082

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria MME nº 291/17, que somado à atualização de R\$41.331, corresponde ao ajuste total de R\$259.516.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará no montante de R\$169.822 e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda nos montantes de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, sem a atualização.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Transmissão	Geração	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983	1.501.441	546.424	2.183.848
Adições	-	36.405	534	36.939
Adição da Bonificação pela Outorga - Usinas	-	-	2.255.027	2.255.027
Baixas	(291)	-	-	(291)
Recebimentos	-	(11.327)	(105.642)	(116.969)
Transferência entre Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível	57.650	(426)	-	57.224
Atualização de Bonificação pela Outorga	-	-	96.911	96.911
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.638	-	-	6.638
Atualização Financeira	-	692.211	-	692.211
Saldo em 30 de setembro de 2016	199.980	2.218.304	2.793.254	5.211.538
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107	2.287.511	2.800.389	5.304.007
Adições	-	160.481	-	160.481
Baixas	(25)	(3.232)	-	(3.257)
Recebimentos	-	(142.105)	(172.368)	(314.473)
Transferência para ativos financeiros da concessão - Indenização usina não renovada Volta Grande	-	-	879.818	879.818
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria nº 291) – incluindo a atualização financeira	-	-	259.516	259.516
Transferência entre Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível	53.252	-	-	53.252
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	2.278	-	-	2.278
Atualização Financeira	-	146.494	240.420	386.914
Saldo em 30 de setembro de 2017	271.612	2.449.149	4.007.775	6.728.536



2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Na tabela abaixo, apresentamos os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	685.966	1.376.925	2.062.891	1.443.964	924.914	2.368.878
Ativo Circulante	685.966	466.625	1.152.591	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo Não Circulante	-	910.300	910.300	-	377.673	377.673
Passivo	(1.339.692)	(1.327.160)	(2.666.852)	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)
Passivo Circulante	(1.339.692)	(517.317)	(1.857.009)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo Não Circulante	-	(809.843)	(809.843)	-	(700.813)	(700.813)
Total Circulante Líquido	(653.726)	(50.692)	(704.418)	397.725	(481.835)	(84.110)
Total Não Circulante Líquido	-	100.457	100.457	-	(323.140)	(323.140)
Total Líquido	(653.726)	49.765	(603.961)	397.725	(804.975)	(407.250)



Componentes Financeiros	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(245.409)	(87.471)	(332.880)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	13.963	(10.784)	3.179	1.923	8.103	10.026
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	3.560	(3.070)	490	5.254	3.926	9.180
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(8.178)	-	(8.178)	13.080	4.247	17.327
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(64.501)	(438.468)	(502.969)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (1)	(138.684)	671.226	532.542	422.852	(78.922)	343.930
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	13.372	(49.569)	(36.197)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	(48.929)	70.089	21.160	78.254	(76.367)	1.887
Outros Itens Financeiros	(178.920)	-	(178.920)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras Tarifárias (2)		(80.986)	(80.986)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (3)	-	(21.202)	(21.202)	-	-	-
TOTAL	(653.726)	49.765	(603.961)	397.725	(804.975)	(407.250)

- (1) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob Cotas de Garantia Física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o Risco Hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 30 de setembro de 2017.
- (2) Faturamento de Bandeiras Tarifárias na Cemig D ainda não homologado pela ANEEL.
- (3) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Cemig D.



Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(572.483)
(-) Realização	(364.570)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(341.259)
(-) Transferência (1)	(164.957)
(+) Atualização Selic (2)	206.967
Saldo líquido em 30 de setembro de 2016	113.354
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	222.233
(-) Realização	(74.017)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(304.841)
(-) Atualização Selic	(40.086)
Saldo líquido em 30 de setembro de 2017	(603.961)

(1) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Outros Créditos e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(2) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$304.841 (R\$341.259 de janeiro a setembro de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

O montante acima contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.406, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017 quando da homologação da ANEEL. O saldo remanescente de R\$ 302.435 refere-se às competências de janeiro a agosto de 2017.



15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Investimentos	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.174.750	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	56.720	50.411	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	25.172	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	33.753	31.809	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	159.126	161.848	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	567.829	527.498	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	559.337	643.890	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	603.973	677.182	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	41.254	41.543	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	145.719	162.106	-	-
Renova	Controlada em conjunto	622.725	688.625	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.307.456	1.319.055	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	61.608	63.307	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	75.789	81.228	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	55.595	59.586	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	850.743	781.022	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	2.733	2.782	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	1.961.175	2.499.867
Light	Controlada em conjunto	1.068.712	1.070.477	1.068.712	1.070.477
TAESA	Controlada em conjunto	1.576.156	1.582.633	1.576.156	1.582.633
Cemig Telecom	Controlada	-	-	190.823	191.515
Ativas Data Center	Coligada	17.794	17.741	-	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.410.047	1.419.492
Rosal Energia	Controlada	-	-	102.163	141.038
Sá Carvalho	Controlada	-	-	106.840	106.111
Horizontes Energia	Controlada	-	-	55.714	52.396
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	3.928	4.009
Cemig PCH	Controlada	-	-	95.708	91.969
LEPSA	Controlada em conjunto	342.033	343.802	342.033	343.802
RME	Controlada em conjunto	338.249	340.063	338.249	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	Controlada em conjunto	24.394	21.588	24.394	21.588
UTE Barreiro	Controlada	-	-	37.790	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	Controlada em conjunto	23.600	20.505	23.600	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	9.386	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	Controlada em conjunto	27.567	23.952	27.567	23.952
Efficientia	Controlada	-	-	7.001	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.342	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	19.355	21.171	19.355	21.171
Cemig Trading	Controlada	-	-	14.953	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	12.734	19.264	12.734	19.264
Cemig Overseas (*)	Controlada	-	-	141	20
Total do Investimento		8.620.126	8.753.088	12.605.561	12.627.857
Guanhães – passivo a descoberto	Controlada em conjunto	-	(59.071)	-	-
Total		8.620.126	8.694.017	12.605.561	12.627.857

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 30 de setembro de 2017, a empresa não possui operações.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa, das controladas Cemig GT e Cemig Telecom, respectivamente. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.



a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2015	Amortização	30/09/2016	31/12/2016	Amortização	30/09/2017
Renova (1)	805.458	(32.076)	773.382	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(888)	29.818	29.525	(888)	28.637
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(1.146)	19.722	19.341	(1.146)	18.195
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(756)	14.062	13.807	(756)	13.051
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(1.542)	27.919	27.406	(1.542)	25.864
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(4.467)	158.829	157.340	(4.467)	152.873
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(1.479)	57.010	56.518	(1.479)	55.039
Total Cemig Geração e Transmissão	1.123.096	(42.354)	1.080.742	303.937	(10.278)	293.659
TAESA	414.774	(13.982)	400.792	288.146	(10.170)	277.976
Light	231.163	(16.772)	214.391	208.800	(16.772)	192.028
Gasmig	215.410	(5.934)	209.476	207.498	(5.934)	201.564
LEPSA	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
RME	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
TOTAL GERAL	1.984.443	(79.042)	1.905.401	1.105.239	(50.750)	1.054.489

(1) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova.

Consolidado	31/12/2015	Amortização	30/09/2016	31/12/2016	Amortização	30/09/2017
TAESA	414.774	(13.982)	400.792	288.146	(10.170)	277.976
Light	231.163	(16.772)	214.391	208.800	(16.772)	192.028
Gasmig	215.410	(5.934)	209.476	207.498	(5.934)	201.564
LEPSA	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
RME	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
TOTAL	861.347	(36.688)	824.659	801.302	(40.472)	760.830



b) A movimentação dos Investimentos, em controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/AFAC	Outros	30/09/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	525.407	(33.852)	-	100.000	-	5.174.750
Cemig Distribuição	2.499.867	(538.692)	-	-	-	-	1.961.175
Cemig Telecom	191.515	(12)	(680)	-	-	-	190.823
Rosal Energia	141.038	(7.907)	-	(30.968)	-	-	102.163
Sá Carvalho	106.111	19.360	-	(18.631)	-	-	106.840
Gasmig	1.419.492	88.634	-	(98.079)	-	-	1.410.047
Horizontes Energia	52.396	11.136	-	(7.818)	-	-	55.714
Usina Térmica Ipatinga	4.009	254	-	(335)	-	-	3.928
Cemig PCH	91.969	13.804	-	(10.065)	-	-	95.708
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
UTE Barreiro	39.266	(2.400)	-	924	-	-	37.790
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	26.679	-	(37.447)	-	-	9.386
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Efficientia	4.868	3.304	-	(1.171)	-	-	7.001
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	559	-	(84)	-	-	2.342
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Cemig Trading	28.635	41.873	-	(55.555)	-	-	14.953
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
Taesa	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Cemig Overseas	20	-	-	-	121	-	141
	12.627.857	320.979	(43.665)	(399.477)	100.121	(254)	12.605.561



Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / AFAC	Outros	30/09/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	-	-	86.280	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	(6.965)	-	-	76.686	-	850.743
Ativas Data Center	17.741	(1.950)	-	-	-	2.003	17.794
Taesa	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Renova	688.625	(50.048)	(33.852)	-	18.000	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(581)	-	-	532	-	2.733
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	(6.376)	-	-	46.707	-	567.829
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Total do Investimento	8.753.088	(20.680)	(42.985)	(240.180)	228.205	(57.322)	8.620.126
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	(20.680)	(42.985)	(240.180)	228.205	1.749	8.620.126

(1) Transferência do passivo a descoberto;



c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	30/09/2017			31/12/2016		
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.174.750	100,00	1.837.710	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	115.755	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	330.536.000	49,00	330.536	51.371	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	68.884	49,00	41.360	64.916
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	261.501	49,90	222.850	263.680
Aliança Norte - (Usina de Belo Monte)	38.261.538.617	49,00	1.109.355	1.046.510	49,00	1.014.111	1.076.527
Madeira Energia - (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.573.287	18,13	10.151.952	6.418.617
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.192	49,00	79.232	84.781
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	210.000	69,39	186.573	247.662
Renova	417.197.244	36,23	2.960.776	1.718.810	34,15	2.856.255	1.955.598
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.905.457	45,00	1.291.488	1.972.519
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.598	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	128.037	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	60.676	49,00	52.960	65.128
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (1)	1.176.194.023	74,50	1.218.672	1.141.937	74,50	1.115.739	1.048.351
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	6.762	5.578	49,00	5.677	5.677
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	1.961.175	100,00	2.361.998	2.499.867
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.364.098	26,06	2.225.822	3.353.796
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	190.823	100,00	241.742	191.515
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	102.163	100,00	46.944	141.038
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	106.840	100,00	36.833	106.111
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.213.702	99,57	665.429	1.425.622
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	55.714	100,00	39.258	52.396
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	3.928	100,00	174	4.009
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	95.708	100,00	35.952	91.969
LEPSA	1.379.839.905	66,62	437.638	446.415	66,62	437.638	443.370
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	443.063	66,27	433.770	440.069
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	97.576	25,00	49.569	81.293
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	37.790	100,00	30.902	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	98.333	24,00	30.000	85.438
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.386	100,00	486	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	112.518	24,50	22.340	97.763
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.001	100,00	6.052	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.342	100,00	1.000	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	37.951	51,00	28.000	41.512
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	14.953	100,00	1.000	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	25.988	49,00	46.600	39.314
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.115.980	31,54	3.042.034	4.307.588

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Light: Em 30 de setembro de 2017, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.960.665 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e está empenhada em alongar seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo e que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.



Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.164.237, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e o equacionamento dos recursos aportados por certos acionistas através de decisão da AGE e que, portanto, não são exigíveis imediatamente.

Renova Energia: No período de janeiro a setembro de 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$1.255.587, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.273.273 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Os principais motivos para esse cenário são: a) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; e b) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Renova:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684;
- (2) A Renova está em entendimentos com o BNDES para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 30 de setembro de 2017 no montante de R\$860.149 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado, parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87% (informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (3) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o equilíbrio de liquidez e em 2017 já efetuaram aportes de R\$62.764;
- (4) Otimização do portfólio de contratos com cancelamento permanente de 210 MWm de projetos;



- (5) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da mesma.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.163.310 em 30 de setembro de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 30 de setembro de 2017, R\$21.850.585 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.



Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perda estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), no valor de R\$ 678.551, nas suas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2017 é de R\$250.316.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis da Companhia.



Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Investimento na Terraform

A controlada em conjunto indireta Renova possuía investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações em bolsa de valores (NASDAQ), cujos ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

No período de janeiro a setembro de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$73.224 (R\$26.470 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia. No período de janeiro a setembro de 2016, a investida registrou perda no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig GT) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform com base no valor das ações no mercado.

Em 15 de maio de 2017, a Renova e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a investida detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”) e em 26 de maio de 2017, a investida divulgou fato relevante da alienação das ações da Terraform para a Brookfield. O preço total de aquisição foi de R\$305.766, com o fechamento da operação em 03 de julho de 2017, após a conclusão de determinadas condições precedentes.

Em junho de 2017, a Renova celebrou acordo com a TerraForm Global (SUNEDISON) no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem que havia entre as partes mediante compensações à Renova de R\$ 48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Renova efetuou uma revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma perda de R\$119.681 (R\$52.276 de impacto na Cemig) nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do período.



Concessão de Direito de Exclusividade

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Cemig GT aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. (“Renova”), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de due diligence e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade, concedida naquela época por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017 e renovada por mais 30 dias, encerrou-se em 17 de outubro de 2017. Tal fato não altera o estágio da negociação com a Brookfield para a realização da citada operação.

Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. (“Engie”). O preço base da transação foi de R\$15.000, sujeitos a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições precedentes da transação.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Porém, como a negociação envolvia o pedido de cancelamento de 4 outorgas deste mesmo Complexo, restou decidido (i) pela aplicação de uma penalidade de R\$3,8 milhões à Renova e (ii) pela suspensão do direito da Renova de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pelo período de 1 ano. Os controladores da Renova não serão afetados pela decisão.

Opções de Venda

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2017; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.



As opções da companhia, em 30 de setembro de 2017 são como segue:

Consolidado	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 31/12/2016
Opção de Venda RME e LEPSA	1.242.818	1.149.881
Opção de Venda SAAG	264.138	196.173
Opção de Venda /Compra – Ativas e Sonda	(4.483)	(4.586)
	1.502.473	1.341.468

Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e RMA – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (após reorganização societária da Parati S.A.), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati (agora RME e LEPSA) de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME e LEPSA possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
 - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos.



A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

- b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;

A Cemig recebeu, em 15 de setembro de 2017, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Segunda Janela, do do BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), da BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) (em conjunto “Bancos Acionistas”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG a totalidade de suas ações ordinárias e preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas da totalidade de suas participações acionárias na RME e LEPSA.

- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;



- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.149.881
Variação do valor justo	100.957
Reversões	(8.020)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.242.818
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.245.103
Variação do valor justo	267.585
Saldo em 30 de setembro de 2016	1.512.688

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de setembro de 2017 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,8% a 12,8% ao ano e volatilidade entre 20,0% e 90,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.232.362 e R\$1.253.344, respectivamente.



Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Cemig GT alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$264.138 (R\$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.



A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Variação do Valor Justo	73.299
Reversões	(5.334)
Saldo em 30 de setembro de 2017	264.138
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Variação do Valor Justo	29.488
Saldo em 30 de setembro de 2016	177.102

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou cenários de taxa de juros livre de risco de 6,19% a 10,19% ao ano e volatilidade entre 16% e 76% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$226.188 e R\$341.307, respectivamente.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	225.081	(13.126)	211.955	286.368	(7.718)	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.324.692	(2.068.844)	1.255.848	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.102.157	(766.382)	335.775	1.789.111	(1.370.631)	418.480
Máquinas e Equipamentos	2.939.964	(2.069.474)	870.490	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189
Veículos	28.816	(25.431)	3.385	28.816	(24.586)	4.230
Móveis e Utensílios	15.830	(12.669)	3.161	15.781	(12.373)	3.408
	7.636.540	(4.955.926)	2.680.614	11.985.927	(8.348.957)	3.636.970
Em Curso	116.577	-	116.577	138.106	-	138.106
Imobilizado Líquido	7.753.117	(4.955.926)	2.797.191	12.124.033	(8.348.957)	3.775.076

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	(5.408)	-	211.955
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	300	(64.913)	371	1.255.848
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	418.480	39	(68.971)	-	(14.546)	773	335.775
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	253	(297.471)	5.343	(69.864)	71.726	870.490
Veículos	4.230	-	-	-	(845)	-	3.385
Móveis e Utensílios	3.408	58	-	-	(305)	-	3.161
	3.636.970	350	(868.652)	(5.043)	(155.881)	72.870	2.680.614
Em Curso	138.106	53.533	(130)	(2.062)	-	(72.870)	116.577
Imobilizado Líquido	3.775.076	53.883	(868.782)	(7.105)	(155.881)	-	2.797.191

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 14).



Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(351)	(2.248)	89	276.099
Reservatórios, Barragens e Aduaras	1.830.045	-	(3)	(74.450)	26.852	1.782.444
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	437.311	-	(697)	(17.823)	4.348	423.139
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(23.128)	(76.748)	83.647	1.175.870
Veículos	8.082	-	(58)	(1.943)	(1.518)	4.563
Móveis e Utensílios	4.473	-	(1)	(240)	(713)	3.519
	3.750.619	-	(24.238)	(173.452)	112.705	3.665.634
Em Curso	189.704	61.332	(6.237)	-	(112.279)	132.520
Imobilizado Líquido	3.940.323	61.332	(30.475)	(173.452)	426	3.798.154

A taxa de depreciação média anual é de 3,51% para o ano de 2017 (3,39% em 2016). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia e suas controladas. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e suas controladas e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.



Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(86.260)	(81.911)
Total em operação			130.801	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	233	233
Total em construção			233	233

17. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.820)	9.929	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(11.082)	8.087	19.169	(10.572)	8.597
Ativos de Concessão	17.388.860	(7.437.712)	9.951.148	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923
Outros	79.171	(63.832)	15.339	76.864	(59.434)	17.430
	17.498.949	(7.514.446)	9.984.503	16.395.545	(7.111.161)	9.284.384
Em Curso	1.073.182	-	1.073.182	1.535.296	-	1.535.296
Intangível Líquido	18.572.131	(7.514.446)	11.057.685	17.930.841	(7.111.161)	10.819.680

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/09/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.724)	65	3.789	(3.649)	140
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(7)	2
		3.798	(3.731)	67	3.798	(3.656)	142
Em Curso		1.710	-	1.710	1.710	-	1.710
Intangível Líquido		5.508	(3.731)	1.777	5.508	(3.656)	1.852

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência(1)	Saldo em 30/09/2017
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	(505)	-	9.929
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(510)	-	8.087
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(5.878)	(455.379)	1.147.413	9.951.148
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(4.508)	2.497	15.339
	9.284.384	-	17.069	(80)	(5.878)	(460.902)	1.149.910	9.984.503
Em Curso	1.535.296	747.868	-	-	(6.820)	-	(1.203.162)	1.073.182
Intangível Líquido - Consolidado	10.819.680	747.868	17.069	(80)	(12.698)	(460.902)	(53.252)	11.057.685

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.



Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2016
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(509)	-	8.766
Ativos de Concessão	8.965.474	75	(19.501)	(422.948)	613.564	9.136.664
Outros	15.290	-	(6.225)	(4.288)	12.810	17.587
	9.000.473	75	(25.726)	(427.745)	626.374	9.173.451
Em Curso	1.274.631	899.785	(5.440)	-	(684.024)	1.484.952
Intangível Líquido - Consolidado	10.275.104	899.860	(31.166)	(427.745)	(57.650)	10.658.403

A taxa de amortização média anual é de 3,81% para o ano de 2017 (4,12% em 2016). As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, no montante de R\$747.868 está contemplado R\$56.851 (R\$120.398 no período de janeiro a setembro de 2016) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa 20.

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	237.732	167.860
Encargos de uso da rede elétrica	156.323	78.407
Energia elétrica comprada para revenda	1.037.427	676.563
Itaipu binacional	246.453	206.827
Gás comprado para revenda	216.954	461.589
Materiais e serviços	291.559	348.347
	2.186.448	1.939.593



19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS (I)	828.897	501.535	-	-
COFINS	93.452	128.030	1.965	32.332
PASEP	20.012	27.701	319	6.987
INSS	15.368	24.865	1.869	1.933
Outros	26.264	111.456	788	42.382
	983.993	793.587	4.941	83.634
Não Circulante				
COFINS (II)	593.296	594.866	-	-
PASEP (II)	128.806	129.056	-	-
	722.102	723.922	-	-
	1.706.095	1.517.509	4.941	83.634

(I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Do saldo total de ICMS a recolher em 30 de setembro de 2017, R\$587.624 refere-se aos efeitos da adesão no trimestre pelas controladas Cemig D e Cemig GT ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, que deverão ser atualizadas pela taxa de 50% da Selic. A primeira parcela, no montante de R\$93.539, foi quitada em 31 de outubro de 2017.

A questão tributária que implicou na adesão da Cemig GT ao PRCT está relacionada ao recolhimento de ICMS relativo às operações de transferências de energia recebida de Consórcio, onde existia entendimento divergente da autoridade tributária em relação ao momento do recolhimento. O PRCT da Cemig GT no montante de R\$29.951, líquido da redução de 95% nos juros e multas, foi liquidado à vista em 31 de outubro de 2017.



Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 nos grupos de deduções de vendas, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$562.406, R\$1.084 e R\$24.134, respectivamente.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia e suas controladas aguardam os resultados advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir os mesmos em suas demonstrações financeiras.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de Renda	73.762	18.381
Contribuição Social	25.922	8.485
	99.684	26.866



20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2017			31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.021	20.169	23.190	23.049
KFW	2019	1,78	EURO	3.967	2.162	6.129	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				6.988	22.331	29.319	30.465
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	153.650	-	153.650	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	295.581	270.000	565.581	554.748
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	185.319	329.144	514.463	501.352
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.442	149.317	439.759	583.043
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.065	61.361	69.426	74.095
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	33.407	-	33.407	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	R\$	272.631	411.457	684.088	681.417
Eletrobrás	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	16.886	37.449	54.335	68.043
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R\$	1.860	2.305	4.165	6.317
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+8	R\$	3.145	-	3.145	5.505
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	588.319	-	588.319	667.143
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90	R\$	13.786	119.961	133.747	121.601
SONDA (4)	2021	110% do CDI	R\$	50.482	40.904	91.386	83.238
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(49.936)	-	(49.936)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.863.822	1.421.898	3.285.720	3.728.712
Total de Empréstimos e Financiamento				1.870.810	1.444.229	3.315.039	3.759.177
Debêntures							
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	152.272	141.923	294.195	293.122
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	35.809	950.808	986.617	983.506
Debêntures 1ª Série 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	844.159	700.000	1.544.159	1.411.295
Debêntures 1ª Série 6ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,60	R\$	495.573	-	495.573	1.037.973
Debêntures 2ª Série 6ª Emissão (2)	2020	IPCA + 8,07	R\$	475	30.658	31.133	31.117
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	(5.042)	2.210.853	2.205.811	2.196.841
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	253.769	-	253.769	235.136
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	41.685	1.464.025	1.505.710	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	27.041	873.250	900.291	894.918
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	438.571	-	438.571	463.880
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	988.160	804.371	1.792.531	1.597.690
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	412	100.000	100.412	100.629
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R\$	33.351	-	33.351	66.706
Debêntures (5)	2022	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R\$	27.593	129.963	157.556	133.502
Debêntures (4)	2019	128,50% do CDI	R\$	8.605	17.887	26.492	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(13.772)	(11.863)	(25.635)	(64.528)
Total de Debêntures				3.328.661	7.411.875	10.740.536	11.420.103
Total Geral Consolidado				5.199.471	8.856.104	14.055.575	15.179.280

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$144.396, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$121.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 28.



Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/09/2017
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.310.897
Recebíveis	1.399.655
Ações	1.947.197
Sem Garantia	397.826
TOTAL	14.055.575

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.021	-	-	-	-	-	-	20.169	23.190
Euro	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
Total por Moedas	5.018	3.939	193	-	-	-	-	20.169	29.319
Indexadores									
IPCA (1)	369.476	141.642	640.175	812.065	811.619	541.688	218.379	436.856	3.971.900
UFIR/RGR (2)	4.806	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	54.335
CDI (3)	3.197.710	3.694.695	1.163.134	951.657	758.533	-	-	-	9.765.729
URTJ/TJLP (4)	7.609	40.809	38.455	38.647	38.202	38.336	7.833	20.236	230.127
IGP-DI (5)	1.486	375	377	603	54	508	508	254	4.165
Total por Indexadores	3.581.087	3.893.878	1.855.053	1.814.182	1.611.815	583.796	229.099	457.346	14.026.256
Total Geral	3.586.105	3.897.817	1.855.246	1.814.182	1.611.815	583.796	229.099	477.515	14.055.575

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016	Indexador	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016
Dólar Norte-Americano	(2,80)	(16,87)	IPCA	1,78	5,51
Euro	8,86	(14,16)	CDI	8,03	10,42



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.933.271
Custos de transação	(74.627)
Financiamentos obtidos líquidos do custos de transação	2.858.644
Variação monetária e cambial	216.243
Encargos financeiros provisionados	1.504.503
Amortização do custo de transação	47.471
Encargos financeiros pagos	(1.320.119)
Amortização de financiamentos	(2.106.248)
Subtotal	16.368.031
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(98.980)
Saldo em 30 de setembro de 2016	16.269.051
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280
Empréstimos e Financiamentos obtidos	60.870
Custos de transação	(762)
Financiamentos obtidos líquidos do custo de transação	60.108
Variação monetária e cambial	73.833
Encargos financeiros provisionados	1.217.735
Amortização do custo de transação	41.090
Encargos financeiros pagos	(998.967)
Amortização de financiamentos	(1.506.459)
Subtotal	14.066.620
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(11.045)
Saldo em 30 de setembro de 2017	14.055.575

Encargos Capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.217.735	1.504.865
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(56.851)	(120.398)
Efeito Líquido no Resultado	1.160.884	1.384.467

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$56.851 (R\$120.398 em 2016) foram excluídos na demonstração do fluxo de caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 11,07% em 30 de setembro de 2017 e 13,13% no mesmo período de 2016.



Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o período de janeiro a setembro de 2017 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Debêntures (1)	04/11/2013	2022	CDI + 0,74	33.870
Debêntures (2)	22/04/2017	2019	128,50% do CDI	26.238
Total de Captações				60.108

*Líquido do custo de captação.

- (1) Subscrição de Debêntures pelo BNDESPAR da a 4ª Emissão da Gasmig em junho de 2017 com finalidade de dar apoio ao plano de investimentos em expansão da rede de distribuição de gás.
- (2) A Cemig Telecom concluiu a sua 2ª Emissão de Debêntures simples em maio de 2017, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, com finalidade de rolagem de dívida e reforço de caixa.

Debêntures

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016
Cemig GT - 1ª série - 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	-	543.208
Cemig GT - 2ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	294.195	293.122
Cemig GT - 3ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	986.617	983.506
Cemig GT - 1ª Série 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.544.159	1.411.295
Cemig GT - 1ª série 6ª Emissão	Fiança	CDI + 1,60	2018	495.573	1.037.973
Cemig GT - 2ª série 6ª Emissão	Fiança	IPCA + 8,07	2020	31.133	31.117
Cemig GT - 1ª série - 7ª Emissão	Receíveis(Receita)	140,00% do CDI	2021	2.205.811	2.196.841
Cemig D - 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	253.769	235.136
Cemig D - 2ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.505.710	1.495.108
Cemig D - 3ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	900.291	894.918
Cemig D - 1ª série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	438.571	463.880
Cemig D - 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.792.531	1.597.690
Gasmig	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.412	100.629
Gasmig	Quirografia	CDI + 0,74	2018	33.351	66.706
Gasmig	Quirografia	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	157.556	133.502
Cemig Telecom	Receíveis	128,50% do CDI	2019	26.492	-
Subtotal				10.766.171	11.484.631
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(25.635)	(64.528)
TOTAL				10.740.536	11.420.103

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).



Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de dezembro de 2017
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures Gasmig (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,30	-	Anual

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Cemig GT (emissora) e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016.



21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		
Créditos junto à Eletrobras (1)	-	48.379
	-	48.379
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	46.217	34.659
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	180.823	189.330
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.171	2.877
Eficiência Energética	337.251	287.571
Pesquisa e Desenvolvimento	271.228	233.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.419	2.724
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	2.546	5.146
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.778	7.720
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	16.244	23.404
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	895.689	835.211
Passivo Circulante	351.246	380.586
Passivo Não Circulante	544.443	454.625

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar. Em 30 de setembro de 2017, o valor da RGR passiva está apresentado líquido do saldo remanescente a receber, no montante de R\$15.073.

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
Despesa Reconhecida no Resultado	20.817	7.604	206	2.831	31.458
Contribuições Pagas	(4.664)	(4.172)	(104)	(536)	(9.476)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	215.336	77.466	2.060	30.311	325.173
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa Reconhecida no Resultado	20.338	7.828	207	3.490	31.863
Contribuições Pagas	(5.838)	(4.898)	(118)	(278)	(11.132)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017	272.433	98.585	2.541	44.636	418.195
				30/09/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				12.584	11.143
Passivo Não Circulante				405.611	386.321



Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
Despesa Reconhecida no Resultado	139.289	136.805	3.111	56.160	335.365
Contribuições Pagas	(94.770)	(68.034)	(1.681)	(9.246)	(173.731)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	1.390.907	1.392.287	31.520	600.291	3.415.005
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa Reconhecida no Resultado	130.471	141.947	3.128	66.472	342.018
Contribuições Pagas	(118.638)	(76.868)	(1.816)	(5.768)	(203.090)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017	1.690.987	1.775.866	38.861	874.625	4.380.339
				30/09/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				224.137	198.867
Passivo Não Circulante				4.156.202	4.042.544

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do Consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$293.617 (R\$248.583 no mesmo período de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$48.401 (R\$86.782 no mesmo período de 2016).

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$284.166, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.



23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	349.273	191.670	(3.657)	(47.727)	489.559
Cíveis					
Relações de Consumo	14.741	11.856	(1.320)	(11.855)	13.422
Outras ações cíveis	40.443	7.844	(238)	(4.274)	43.775
	55.184	19.700	(1.558)	(16.129)	57.197
Tributárias	69.922	6.033	(3.632)	(588)	71.735
Ambientais	39	4	-	-	43
Regulatórias	43.100	2.833	(13.811)	(766)	31.356
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	58.054	8.863	-	(2.834)	64.083
Total	815.017	229.103	(262.103)	(68.044)	713.973

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	289.841	73.343	(3.380)	(34.613)	325.191
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	12.900	(490)	(10.860)	18.928
Outras ações cíveis	28.792	16.398	(76)	(3.461)	41.653
	46.170	29.298	(566)	(14.321)	60.581
Tributárias	69.014	3.832	(1.216)	(763)	70.867
Ambientais	60	38	(59)	(1)	38
Regulatórias	45.180	5.475	(1.611)	(1.995)	47.049
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	35.355	33.133	(4.038)	(7.359)	57.091
Total	754.573	145.119	(40.372)	(59.052)	800.268

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	34.928	15.569	(3.016)	(6.039)	41.442
Cíveis					-
Relações de Consumo	1.435	8	(26)	(8)	1.409
Outras ações cíveis	3.238	771	(31)	(44)	3.934
	4.673	779	(57)	(52)	5.343
Tributárias	8.869	4.170	(2.817)	(255)	9.967
Regulatórias	21.614	-	(4.241)	-	17.373
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	466	714	(1)	(45)	1.134
Total	309.995	21.232	(249.577)	(6.391)	75.259



	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	29.169	11.463	-	(5.578)	35.054
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	5	(491)	-	2.808
Outras ações cíveis	1.289	2.208	(75)	(45)	3.377
	4.583	2.213	(566)	(45)	6.185
Tributárias	10.306	1.283	(1.078)	(681)	9.830
Regulatórias	21.696	1.157	(1.611)	(89)	21.153
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	427	87	(1)	(24)	489
Total	335.134	16.203	(32.758)	(6.417)	312.162

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.556.075 (R\$1.543.946 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$489.559 foram provisionados (R\$349.273 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$38.765 (R\$33.178 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$13.422 (R\$14.741 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$241.156 (R\$227.043 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$43.775 (R\$40.443 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$338.287 (R\$295.373 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$71.735 foram provisionados (R\$69.922 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.312 (R\$34.031 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$43 foram provisionados (R\$39 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$242.386 (R\$235.886 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$31.356 (R\$43.100 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Diante deste novo cenário, a probabilidade de perda dessa discussão foi reavaliada para remota, e desta forma a Companhia reverteu a provisão de R\$239.445, face a inexistência de expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar a obrigação até então provisionada. Mais detalhes na nota nº 11.



Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$30.808 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas são partes em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$23.286 (R\$21.407 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$170.045 (R\$129.563 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$9.989 foram provisionados (R\$8.297 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.



Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$265.178 (R\$255.127 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$307.446 (R\$290.216 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.689.042 (R\$1.509.940 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.



Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$242.839 (R\$317.032 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$568.910 (R\$535.465 em 31 de dezembro de 2016), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$209.739 (R\$197.911 em 31 de dezembro de 2016), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.



Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$276.810 (R\$279.914 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$88.904 (R\$82.130 em 31 de dezembro de 2016). A controlada classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia e suas controladas acreditam ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.239.409 (R\$1.304.705 em 31 de dezembro de 2016), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.



Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$279.904 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a mesma possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.



O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$195.280 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$268.489 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Cemig D, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado (em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R\$316.675).



Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$127.358 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$77.372 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).



Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$395.797 (R\$390.307 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$253.279 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a controladora é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$77.176 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.011 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.



Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$174.351 (R\$175.839 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	30/09/2017	30/09/2016	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	397.182	640.833	(83.666)	433.502
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,32	0,51	(0,06)	0,34



As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 15 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados - Controladora	(169.719)	(169.719)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	641.414	685.339
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	140	38.273
Ajustes de Conversão de Balanço	397	398
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.048.192)	(1.042.663)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	87	87
	(406.154)	(318.566)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(575.873)	(488.285)

Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	30/09/2017	31/12/2016
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	1.924.503	1.924.503

A reserva de doações e subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	30/09/2017	31/12/2016
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.812.943	2.812.943
Reserva de Incentivos Fiscais	56.834	56.834
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	5.199.855	5.199.855



Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva estatutária

A reserva estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído

	30/09/2017
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos no Patrimônio Líquido, nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Reserva de incentivos fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 30 de setembro de 2017 é de R\$56.834. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.



Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 27 de junho de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$270.261, aprovados na Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária-AGO/AGE, de 12 de maio de 2017, restando, em 30 de setembro de 2017, um montante de R\$198.264.

25. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	17.387.754	17.315.733
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.230.623	1.348.132
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	148.216	(937.053)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	221.422	228.030
Receita de Construção de Transmissão (e)	11.226	36.405
Receita de Indenização de Transmissão (g)	295.749	692.211
Receita de Indenização da Geração (h)	259.516	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	725.528	881.450
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	2.277	6.638
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	240.420	212.185
Transações com energia na CCEE (i)	536.507	138.870
Fornecimento de Gás	1.305.636	1.037.126
Outras Receitas Operacionais (k)	1.097.001	1.080.945
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(8.308.094)	(7.933.934)
Receita Operacional Líquida	15.153.781	14.106.738

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.815.621	5.787.568
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	330.147	511.552
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	480.112	(273.498)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	43.985	80.261
Receita de Construção de Transmissão (e)	4.201	4.771
Receita de Indenização de Transmissão (g)	25.894	99.742
Receita de Indenização da Geração (h)	259.516	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	291.519	329.351
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	766	1.313
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	89.944	63.491
Transações com energia na CCEE (i)	111.330	87.198
Fornecimento de Gás	484.491	339.634
Outras Receitas Operacionais (k)	379.369	374.093
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(3.181.073)	(2.509.870)
Receita Operacional Líquida	5.135.822	4.895.606



a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Residencial	7.489.980	7.406.095	5.797.313	5.818.783
Industrial	13.162.944	14.541.717	3.633.866	4.042.707
Comércio, Serviços e Outros	5.581.213	4.907.884	3.218.839	3.270.334
Rural	2.769.082	2.699.294	1.203.749	1.073.290
Poder Público	644.621	659.997	389.945	404.713
Iluminação Pública	1.030.199	1.012.312	397.147	395.771
Serviço Público	977.757	930.708	430.943	404.743
Subtotal	31.655.796	32.158.007	15.071.802	15.410.341
Consumo Próprio	26.946	27.614	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido		-	(44.741)	(105.308)
	31.682.742	32.185.621	15.027.061	15.305.033
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	9.167.876	8.813.064	1.289.188	1.884.424
Suprimento Não Faturado Líquido		-	1.071.505	126.276
Total	40.850.618	40.998.685	17.387.754	17.315.733

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Residencial	2.456.908	2.389.353	1.878.293	1.859.109
Industrial	4.458.794	5.031.850	1.210.358	1.379.561
Comércio, Serviços e Outros	1.776.377	1.522.936	982.345	985.574
Rural	1.016.897	1.015.555	424.366	394.504
Poder Público	207.967	208.314	120.600	128.652
Iluminação Pública	354.299	338.892	132.691	129.015
Serviço Público	338.415	318.605	144.190	136.068
Subtotal	10.609.657	10.825.505	4.892.843	5.012.483
Consumo Próprio	8.896	8.528	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-10.305	13.261
	10.618.553	10.834.033	4.882.538	5.025.744
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.427.498	3.006.675	401.091	677.340
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	531.992	84.484
Total	14.046.051	13.840.708	5.815.621	5.787.568

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.



c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos das controladas no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

g) Receita de Indenização da Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$295.749 sendo R\$146.494 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R\$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, conforme Nota Técnica Aneel nº 183/2017. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

h) Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, considerando inclusive a sua respectiva atualização. Mais detalhes vide notas explicativas nº 4 e 14 destas informações contábeis intermediárias.



i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Serviço Taxado	7.723	4.533
Serviço de Telecomunicações	111.342	117.906
Prestações de Serviços	116.167	120.149
Subvenções (*)	769.505	757.213
Aluguel e Arrendamento	88.869	73.423
Outras	3.395	7.721
	1.097.001	1.080.945

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Serviço Taxado	3.124	1.593
Serviço de Telecomunicações	38.520	59.608
Prestações de Serviços	40.635	39.127
Subvenções (*)	266.485	246.636
Aluguel e Arrendamento	30.531	24.582
Outras	74	2.547
	379.369	374.093

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.



I) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	4.470.557	3.873.741
COFINS	1.654.269	1.529.044
PIS-PASEP	359.137	331.964
Outros	5.942	5.238
	6.489.905	5.739.987
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	9.418	(26.420)
Programa de Eficiência Energética – PEE	37.422	44.873
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.326.946	1.596.577
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	26.914	35.936
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	26.914	35.936
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	13.457	17.968
Encargos do Consumidor - PROINFA	29.626	31.385
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	22.983	26.149
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	66.449	88.754
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	258.060	342.789
	1.818.189	2.193.947
	8.308.094	7.933.934

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	1.819.209	1.259.453
COFINS	584.676	516.259
PIS-PASEP	126.932	112.078
Outros	2.115	1.794
	2.532.932	1.889.584
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	9.468	(42.033)
Programa de Eficiência Energética – PEE	11.732	10.978
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	467.576	571.148
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.927	11.240
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.927	11.240
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.963	5.620
Encargos do Consumidor - PROINFA	10.049	11.363
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.347	8.467
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	21.527	32.692
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	101.625	(429)
	648.141	620.286
	3.181.073	2.509.870

(1) No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, as controladas Cemig GT e Cemig D efetuaram a adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais. Mais informações na nota explicativa nº 19.



26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal (a)	1.275.667	1.217.201	38.796	26.587
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	25.777	30.417	1.195	(3.024)
Obrigações Pós-Emprego	293.617	248.583	29.482	27.188
Materiais	43.248	40.935	89	52
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58	35	-	-
Serviços de Terceiros (b)	680.569	601.806	6.796	6.226
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	7.685.392	6.126.458	-	-
Depreciação e Amortização	616.783	601.197	351	382
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	558.793	714.237	104.037	280.532
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	791.339	741.416	-	-
Gás Comprado para Revenda	789.861	623.503	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	736.754	917.855	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	311.581	372.298	6.940	11.646
	13.809.439	12.235.941	187.686	349.589

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Pessoal (a)	358.505	373.986	17.730	9.430
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	886	24.217	233	1.210
Obrigações Pós-Emprego	101.589	89.306	10.010	9.380
Materiais	16.185	17.057	23	7
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	13	8	-	-
Serviços de Terceiros (b)	233.805	201.023	3.194	2.397
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.942.974	2.170.348	-	-
Depreciação e Amortização	205.983	202.480	115	122
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	188.875	(19.375)	88.726	(165.669)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	387.078	215.504	-	-
Gás Comprado para Revenda	304.698	196.494	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	295.720	334.122	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	124.127	132.206	(979)	1.683
	5.160.438	3.937.376	119.052	(141.440)



a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$197.326, correspondente à adesão de 1.151 empregados até a data mencionada.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	106.526	101.587	-	-
Comunicação	49.163	41.918	239	278
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	186.971	175.003	84	49
Conservação e Limpeza de Prédios	78.739	72.068	496	522
Mão de Obra Contratada	9.252	8.819	-	-
Fretes e Passagens	5.434	5.156	1.357	1.724
Hospedagem e Alimentação	9.842	9.185	151	157
Vigilância	16.358	18.428	-	-
Consultoria	11.792	8.191	737	407
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	2.448	2.282	1	3
Tecnologia da Informação	34.289	28.999	771	439
Manutenção e Conservação de Veículos	1.381	1.254	-	2
Corte e Religação	23.528	3.540	-	-
Meio Ambiente	10.058	12.532	-	-
Serviços Advocatícios	13.122	14.220	535	1.008
Custas Processuais	2.010	2.664	43	48
Poda de Árvores	14.727	8.888	-	-
Limpeza de Faixa	10.176	5.728	-	-
Reprografia e Publicações Legais	16.949	11.746	200	148
Inspeção de Unidades Consumidoras	118	613	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	121	2.588	-	-
Outras Despesas	77.565	66.397	2.182	1.441
	680.569	601.806	6.796	6.226



	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	35.375	34.067	-	-
Comunicação	15.074	15.469	126	92
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	60.119	51.512	63	1
Conservação e Limpeza de Prédios	28.637	24.498	71	176
Mão de Obra Contratada	4.146	2.610	-	-
Fretes e Passagens	2.066	2.367	418	893
Hospedagem e Alimentação	3.405	3.598	51	63
Vigilância	5.422	5.945	-	-
Consultoria	3.992	1.234	33	178
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	832	14.321	1	1
Tecnologia da Informação	10.137	1.152	143	101
Manutenção e Conservação de Veículos	457	307	-	1
Corte e Religação	11.196	1.775	-	-
Meio Ambiente	1.848	4.189	-	-
Serviços Advocatícios	4.321	5.149	95	425
Custas Processuais	780	779	8	22
Poda de Árvores	5.760	3.498	-	-
Limpeza de Faixa	6.126	1.708	-	-
Reprografia e Publicações Legais	7.098	4.186	141	42
Inspeção de Unidades Consumidoras	61	145	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	55	773	-	-
Outras Despesas	26.898	21.741	2.044	402
	233.805	201.023	3.194	2.397

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Energia de Itaipu Binacional	933.603	880.361
Contratos por Cotas de Garantia Física	343.458	403.913
Cotas das Usinas de Angra I e II	182.832	162.680
Energia de curto prazo	1.180.780	487.536
PROINFA	225.965	244.095
Contratos Bilaterais	269.943	216.963
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.201.909	1.862.534
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.086.096	2.476.229
Créditos de PASEP-COFINS	(739.194)	(607.853)
	7.685.392	6.126.458

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Energia de Itaipu Binacional	316.786	273.070
Contratos por Cotas de Garantia Física	119.006	152.753
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.227
Energia de curto prazo	408.859	196.612
PROINFA	75.321	81.365
Contratos Bilaterais	121.552	74.872
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	824.699	650.259
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.299.536	902.338
Créditos de PASEP-COFINS	(283.729)	(215.148)
	2.942.974	2.170.348



d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	191.343	282.915	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	188.013	69.963	12.553	11.463
Cíveis	18.142	28.732	722	1.647
Tributárias	2.401	2.616	1.353	205
Ambientais	4	(21)	-	-
Regulatórias	(10.978)	3.864	(4.241)	(454)
Outras	8.864	29.095	713	86
	<u>206.446</u>	<u>134.249</u>	<u>11.100</u>	<u>12.947</u>
	397.789	417.164	11.100	12.947
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda/compra – Ativas e Sonda (nota 15)	102	-	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 15)	92.937	267.585	92.937	267.585
Opção de venda SAAG (nota 15)	67.965	29.488	-	-
	<u>161.004</u>	<u>297.073</u>	<u>92.937</u>	<u>267.585</u>
	558.793	714.237	104.037	280.532

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	50.458	108.349	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	10.288	31.166	532	1.177
Cíveis	8.745	10.909	833	175
Tributárias	5.565	(567)	3.961	(892)
Ambientais	1	36	-	-
Regulatórias	(143)	(9.088)	(2.162)	614
Outras	2.230	3.110	256	24
	<u>26.686</u>	<u>35.566</u>	<u>3.420</u>	<u>1.098</u>
	77.144	143.915	3.420	1.098
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (nota 15)	61	-	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 15)	85.306	(166.767)	85.306	(166.767)
Opção de venda SAAG (nota 15)	26.364	3.477	-	-
	<u>111.731</u>	<u>(163.290)</u>	<u>85.306</u>	<u>(166.767)</u>
	188.875	(19.375)	88.726	(165.669)

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	38.297	46.155
Materiais	334.851	424.240
Serviços de Terceiros	300.244	321.916
Outros	63.362	125.544
	<u>736.754</u>	<u>917.855</u>



	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Pessoal e Administradores	14.143	13.659
Materiais	151.691	160.127
Serviços de Terceiros	109.061	120.164
Outros	20.825	40.172
	295.720	334.122

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Arrendamentos e Aluguéis	77.095	67.449	2.616	486
Propaganda e Publicidade	14.331	6.995	276	193
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.581	16.536	-	-
Subvenções e Doações	9.457	12.364	-	-
Concessão Onerosa	2.264	2.154	-	-
Seguros	6.042	7.254	1.693	2.844
Anuidade CCEE	6.017	5.802	1	2
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	44.876	74.798	-	2
FORLUZ – Custeio Administrativo	19.607	18.951	970	937
Agentes Arrecadadores	52.664	53.200	-	1
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	24.755	31.060	-	-
Impostos e Taxas	6.645	7.590	636	288
Outras Despesas	32.247	68.145	748	6.893
	311.581	372.298	6.940	11.646

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Arrendamentos e Aluguéis	32.188	19.921	1.142	177
Propaganda e Publicidade	6.017	3.905	100	75
Consumo Próprio de Energia Elétrica	4.768	5.019	-	-
Subvenções e Doações	2.933	3.286	-	-
Concessão Onerosa	735	734	-	-
Seguros	1.613	2.335	386	894
Anuidade CCEE	1.972	1.850	-	1
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	39.538	32.484	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.574	6.470	325	320
Agentes Arrecadadores	17.377	17.652	-	1
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	3.895	6.035	-	-
Impostos e Taxas	1.259	1.861	93	39
Outras Despesas	5.258	30.654	(3.025)	176
	124.127	132.206	(979)	1.683

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.



27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	171.530	220.232	39.214	30.510
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	193.057	212.499	-	-
Variações Cambiais	20.207	56.140	-	1
Variação Monetária	27.125	60.974	1.968	10.278
Variação Monetária - CVA	-	206.967	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	86.464	42.615	44.696	10.108
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(35.529)	(54.349)	(8.704)	(9.020)
Ajuste ao Valor Presente	-	325	-	-
Outras	87.211	89.788	7.719	35.180
	550.065	835.191	84.893	77.057
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.201.974)	(1.432.576)	-	-
Variações Cambiais	(12.633)	(19.225)	(9)	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(74.655)	(232.366)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	737	(3.056)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(48.401)	(86.782)	(2.381)	(4.270)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(13.844)	-	-
Variação Monetária - CVA	(40.086)	-	-	-
Variação Monetária - AFAC	239.445	-	239.445	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(37.666)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(2.168)	-	-	-
Outras	(94.550)	(100.166)	(502)	(61)
	(1.271.951)	(1.888.015)	236.553	(4.332)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(721.886)	(1.052.824)	321.446	72.725

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	46.037	84.755	10.505	15.097
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	55.134	70.166	-	-
Variações Cambiais	2.618	12.173	-	-
Variação Monetária	13.132	33.081	400	3.295
Variação Monetária - CVA	-	19.403	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	63.317	3.348	43.744	(13.067)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(13.207)	(15.192)	(4.648)	(1.573)
Ajuste ao Valor Presente	-	(396)	-	-
Outras	34.133	23.918	1.874	1.850
	201.164	231.256	51.875	5.602
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(344.297)	(524.775)	-	-
Variações Cambiais	5.963	(2.046)	-	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.682)	(46.959)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(5)	(301)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(12.417)	(22.483)	(611)	(1.106)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	-	-	-
Variação Monetária - CVA	(12.006)	-	-	-
Variação Monetária - AFAC	239.445	-	239.445	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(12.986)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(562)	-	-	-
Outras	(46.203)	(57.604)	(320)	(21)
	(188.750)	(654.168)	238.514	(1.128)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	12.414	(422.912)	290.389	4.474



28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	97.779	71.340	-	-	101.085	112.168	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	254.579	-	-	-	38.278	-	-	-
Não Circulante								
Depósito Administrativo – AFAC (2)	23.144	239.445	-	-	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.049	7.037	413	314	(107.335)	(110.703)
Prestação de Serviços (4)	2.504	3.706	-	-	9.767	8.420	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	900	710	111	-	(5.379)	(5.307)
Prestação de Serviço (4)	274	398	-	-	646	665	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	17.229	17.636	18.213	3.164	(508.741)	(449.584)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	53.865	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	17.117	86.941	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	3.774	3.755	5.680	741	(89.256)	(22.486)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(15.188)	(14.575)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.595	1.228	-	-	(12.064)	(12.359)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	554	440	-	-	(4.464)	(2.210)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.146	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (6)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Prestação de Serviço (4)	568	241	-	-	332	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.773	-	-	-	(140.771)	(118.506)
Contas a Receber (7)	62.455	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber (7)	20.317	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (8)	258.166	229.053	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.962	2.751	-	-	(19.674)	(18.475)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	1.042	464	481	472	38.203	49.714	(1.106)	(623)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	6.852	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	12.451	10.326	33	17	(92.905)	(82.956)
Prestação de Serviço (4)	141	482	-	-	667	220	-	-



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	950	878	-	-	(7.310)	(6.425)
Prestação de Serviços (4)	90	301	-	-	953	755	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	678	-	-	-	-	-	-
Axiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	2.347	6.980	-	-	-	(38.065)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	144	-	-	-	-	-	-
Trasudeste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	113	-	(1.166)	(1.023)
Prestação de serviços (4)	175	141	196	150	492	419	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	213	213	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	316	243	135	-	(1.878)	(1.605)
Prestação de serviços (4)	120	178	-	-	819	763	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.559	294	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	257.625	621.203	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	622.750	833.849	-	-	14.374	128.436	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(63.708)	(49.479)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	24.192	46.092	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(11.863)	(15.049)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	106.399	86.156	-	-	(130.470)	(139.289)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(19.606)	(18.951)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	2.872	9.630	-	-	(44.002)	(15.292)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (11)	-	-	1.584.588	1.592.998	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	110.387	101.756	-	-	(145.075)	(139.916)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	1.704.340	1.646.580	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide Notas Explicativas 11 e 12);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2017, foram antecipados R\$71.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. Para efeito de quitação serão utilizadas faturas de suprimento de energia a serem emitidas pela Santo Antônio Energia, a partir de 2018, em 12 parcelas;
- Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
- A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- Em 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, conforme previsto no Contrato de suprimento de energia, R\$212.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Para efeito de quitação, foi acordado que este valor seria atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado por meio de quitação das faturas de energia a serem emitidas pela Renova a partir de janeiro/2020. Em função das negociações mantidas pela Renova com players interessados na compra de ativos da Companhia, está em processo de renegociação o Contrato de suprimento de energia, bem como a forma de pagamento da antecipação realizada pela Cemig GT;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;



- (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide nota explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034;
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas notas explicativas 7, 18 e 25 destas informações contábeis intermediárias.

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cemig GT	-	-	605.000	605.000
Gasmig	-	-	98.079	58.560
Outras	3.742	11.386	8.344	9.679
	<u>3.742</u>	<u>11.386</u>	<u>711.423</u>	<u>673.239</u>

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/09/2017	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.476.515	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.974.035	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	774.614	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	8.166	2023
				<u>5.916.945</u>	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 30 de setembro de 2017, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2017.



Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2017				
				Cemig 1,59%	Cemig GT 0,21%	Cemig D 34,10%	Demais controladas 19,55% (1)	Total 55,45%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	164	22	3.529	2.023	5.738
				164	22	3.529	2.023	5.738

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% (1)	Total 78,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				1.603	3.304	3.949	3.547	12.403

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	23.171	17.796
Participação nos Resultados (Reversão)	372	(642)
Benefícios Assistenciais	1.209	1.121
Total	24.752	18.275

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.



Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda, nos montantes de R\$677.051 e R\$1.502.473, respectivamente (R\$995.340 e R\$1.341.468 em 31 de dezembro de 2016). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$26.064 em 30 de setembro de 2017 e R\$49.888 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$26.138 em 30 de setembro de 2017 e R\$49.738 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas informações contábeis intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,69% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.



- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec (“PUT SAAG”), as opções de venda de ações da RME e LEPSA (“PUT Parati”) e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo contábil é de R\$14.055.575 (R\$15.179.280 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$14.053.896 (R\$14.711.130 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.320	23.190	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	<u>77.717</u>	<u>246.453</u>	<u>62.320</u>	<u>206.827</u>
	85.037	269.643	69.392	229.876
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	1.638	<u>6.129</u>	2.157	<u>7.416</u>
Passivo Líquido Exposto		<u>275.772</u>		<u>237.292</u>



Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2018 será uma valorização de 11,14% para o dólar (R\$3,521) e uma desvalorização de 0,27% para o Euro (R\$3,732). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2017	Cenário Dólar R\$3,521 Euro R\$3,732	Cenário Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,401 Euro R\$4,665	Cenário Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,282 Euro R\$5,598
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	23.190	25.774	32.216	38.665
Fornecedores (Itaipu Binacional)	246.453	273.914	342.373	410.910
	<u>269.643</u>	<u>299.688</u>	<u>374.589</u>	<u>449.575</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	6.129	6.113	7.641	9.170
Passivo Líquido Exposto	275.772	305.801	382.230	458.745
Efeito Líquido da Variação Cambial		30.029	106.458	182.973

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$58.759 (R\$60.066 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:



Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	548.751	893.713
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	703.114	1.045.228
Contas a Receber – Renova (nota 28)	82.772	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 28)	359.227	229.053
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 14)	473.374	482.281
Fundos Vinculados	405.494	367.474
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	100.457	397.725
Créditos junto à Eletrobrás	901	138.444
	2.674.090	3.628.548
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(9.765.729)	(10.928.261)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 19)	(230.127)	(213.102)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(181.200)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 14)	(704.418)	(804.975)
	(11.012.386)	(12.127.538)
Passivo Líquido Exposto	(8.338.296)	(8.498.990)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,00% e 6,25%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2017		30 de setembro de 2018	
	Valor Contábil	Cenário SELIC 7,00% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 8,75% TJLP 7,81%	Cenário SELIC 10,50% TJLP 9,38%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (nota 5)	548.751	587.164	596.767	606.370
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	703.114	752.332	764.636	776.941
Contas a Receber – Renova (nota 28)	82.772	88.566	90.015	91.463
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 28)	359.227	384.373	390.659	396.946
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 14)	473.374	506.510	514.794	523.078
Fundos Vinculados	405.494	433.879	440.975	448.071
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	100.457	107.489	109.247	111.005
Outros Créditos com a Eletrobrás	901	964	980	996
	2.674.090	2.861.277	2.908.073	2.954.870
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 20)	(9.765.729)	(10.449.330)	(10.620.230)	(10.791.131)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (nota 20)	(230.127)	(244.510)	(248.100)	(251.713)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(331.619)	(336.488)	(341.388)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 14)	(704.418)	(753.727)	(766.055)	(778.382)
	(11.012.386)	(11.779.186)	(11.970.873)	(12.162.614)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(8.338.296)	(8.917.909)	(9.062.800)	(9.207.744)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(579.613)	(724.504)	(869.448)



Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2017	31/12/2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	130.340	128.071
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.975.775	1.805.230
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 13)	2.321.817	2.253.765
	<u>4.427.932</u>	<u>4.187.066</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.971.900)	(3.933.092)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(736.774)	(787.003)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(284.165)	-
	<u>(4.992.839)</u>	<u>(4.720.095)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(564.907)</u>	<u>(533.029)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, a taxa IPCA será de 4,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,55%	Cenário IPCA 5,68%	Cenário IPCA 6,82%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	130.340	136.265	137.743	139.229
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.975.775	2.065.594	2.087.999	2.110.523
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 14)	2.321.817	2.427.367	2.453.696	2.480.165
	<u>4.427.932</u>	<u>4.629.226</u>	<u>4.679.438</u>	<u>4.729.917</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.971.900)	(4.152.463)	(4.197.504)	(4.242.784)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(736.774)	(770.268)	(778.623)	(787.022)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(284.165)	(297.083)	(300.306)	(303.545)
	<u>(4.992.839)</u>	<u>(5.219.814)</u>	<u>(5.276.433)</u>	<u>(5.333.351)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(564.907)</u>	<u>(590.588)</u>	<u>(596.995)</u>	<u>(603.434)</u>
(Efeito Líquido da Variação do IPCA)		<u>(25.681)</u>	<u>(32.088)</u>	<u>(38.527)</u>



Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Na data base destas informações contábeis intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia e suas controladas para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.



O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e suas controladas, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	662.888	2.948.205	2.122.983	9.622.053	1.380.435	16.736.564
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	123.510	187.694	284.143	-	-	595.347
Concessões a pagar	249	492	2.103	9.440	14.428	26.712
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	11.002	22.134	101.653	602.259	299.272	1.036.320
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	2.515	7.540	20.551	136.579	394.613	561.798
	800.164	3.166.065	2.531.433	10.370.331	2.088.748	18.956.741
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.175.293	11.155	-	-	-	2.186.448
	2.975.457	3.177.220	2.531.433	10.370.331	2.088.748	21.143.189

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	541	1.089	5.001	29.631	14.724	50.986
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	124	371	1.011	6.720	19.415	27.641
	665	1.460	6.012	36.351	34.139	78.627
- Pré-fixadas						
Fornecedores	23.571	-	-	-	-	23.571
	24.236	1.460	6.012	36.351	34.139	102.198

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2017, considerado como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$851.448.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.



A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia e suas controladas não realizam operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.



Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 100% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.



Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenant*”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº 20.

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Cemig GT e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Total do Passivo	28.544.868	29.101.482
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(582.382)	(995.132)
(-) Fundos vinculados	(405.494)	(367.474)
Passivo Líquido	27.556.992	27.738.876
Total do Patrimônio Líquido	13.287.207	12.934.371
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,07	2,14

30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial é feita a classificação dos ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.



- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30 de setembro de 2017	Valor justo em 30 de setembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	40.133	-	40.133	-
Letras Financeiras - Bancos	521.896	-	521.896	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	103.954	103.954	-	-
Debêntures	11.068	-	11.068	-
	677.051	103.954	573.097	-
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga	2.321.817	-	2.321.817	-
Fundos Vinculados	405.494	-	405.494	-
	2.727.311	-	2.727.311	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	271.612	-	-	271.612
	3.675.974	103.954	3.300.408	271.612
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.484	-	-	4.484
RME e LEPSA	(1.242.818)	-	(1.242.818)	-
SAAG	(264.139)	-	-	(264.139)
	(1.502.473)	-	(1.242.818)	(259.655)
	2.173.501	103.954	2.057.590	11.957



	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	995.340	192.995	802.345	-
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga	2.253.765	-	2.253.765	-
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	2.621.239	-	2.621.239	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	3.832.686	192.995	3.423.584	216.107
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.586	-	-	4.586
RME e LEPSA	(1.149.881)	-	(1.149.881)	-
SAAG	(196.173)	-	-	(196.173)
	(1.341.468)	-	(1.149.881)	(191.587)
	2.491.218	192.995	2.273.703	24.520

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na nota explicativa Nº 15.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.



Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	13.868.749	4.147.643	18.430.584	334.918	2.049.736	3.369.322	(368.877)	41.832.075
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.565.559	1.671.072	1.748.994	-	-	634.501	-	8.620.126
ADIÇÕES AO SEGMENTO	249.826	-	705.295	34.738	40.097	-	-	1.029.956
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	160.481	-	-	-	-	-	160.481
RECEITA LÍQUIDA	5.307.670	547.179	8.281.712	88.389	1.061.564	83.160	(215.893)	15.153.781
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.021.466)	-	(4.717.386)	-	-	(9)	53.469	(7.685.392)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(261.295)	(262)	(661.101)	-	-	-	131.319	(791.339)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(789.861)	-	-	(789.861)
Total dos Custos Operacionais	(3.282.761)	(262)	(5.378.487)	-	(789.861)	(9)	184.788	(9.266.592)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(218.933)	(84.022)	(877.192)	(14.559)	(36.286)	(44.675)	-	(1.275.667)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.182)	(1.871)	(18.131)	(380)	-	(1.213)	-	(25.777)
Obrigações Pós-Emprego	(42.539)	(19.850)	(201.745)	-	-	(29.483)	-	(293.617)
Materiais	(7.468)	(2.110)	(32.089)	(107)	(1.434)	(111)	13	(43.306)
Serviços de Terceiros	(97.890)	(21.278)	(550.614)	(20.624)	(12.231)	(7.278)	29.346	(680.569)
Depreciação e Amortização	(136.400)	-	(400.754)	(25.974)	(41.836)	(11.819)	-	(616.783)
Provisões (Reversões) Operacionais	(97.543)	(9.148)	(347.608)	(456)	-	(104.038)	-	(558.793)
Custos de Construção	-	(11.226)	(705.296)	-	(20.232)	-	-	(736.754)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(35.322)	(6.550)	(240.404)	(18.501)	(7.506)	(5.044)	1.746	(311.581)
Total do Custo de Operação	(640.277)	(156.055)	(3.373.833)	(80.601)	(119.525)	(203.661)	31.105	(4.542.847)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.923.038)	(156.317)	(8.752.320)	(80.601)	(909.386)	(203.670)	215.893	(13.809.439)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	1.384.632	390.862	(470.608)	7.788	152.178	(120.510)	-	1.344.342
Resultado de Equivalência Patrimonial	151.126	-	-	(1.951)	-	(169.855)	-	(20.680)
Receitas Financeiras	126.202	5.013	302.727	2.149	24.240	89.734	-	550.065
Despesas Financeiras	(847.998)	(1.886)	(616.487)	(11.450)	(30.594)	236.464	-	(1.271.951)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	813.962	393.989	(784.368)	(3.464)	145.824	35.833	-	601.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	(215.688)	(120.333)	245.677	307	(45.316)	(69.241)	-	(204.594)
RESULTADO	598.274	273.656	(538.691)	(3.157)	100.508	(33.408)	-	397.182
Participação dos acionistas controladores	598.274	273.656	(538.691)	(3.157)	100.076	(33.408)	-	396.750
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	432	-	-	432
	598.274	273.656	(538.691)	(3.157)	100.508	(33.408)	-	397.182



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.414.449	4.267.418	18.165.610	337.745	2.737.182	2.388.972	(275.523)	42.035.853
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.291.892	1.669.849	1.754.342	17.741	-	19.264	-	8.753.088
ADIÇÕES AO SEGMENTO	740.337	-	854.060	27.630	27.390	-	-	1.649.417
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	2.255.561	36.405						2.291.966
RECEITA LÍQUIDA	4.268.400	953.846	8.000.957	99.711	847.565	89.562	(153.303)	14.106.738
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.305.000)	-	(3.857.716)	-	-	(3)	36.261	(6.126.458)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(232.477)	(243)	(605.478)	-	-	-	96.782	(741.416)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(623.503)	-	-	(623.503)
Total dos Custos Operacionais	(2.537.477)	(243)	(4.463.194)	-	(623.503)	(3)	133.043	(7.491.377)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(202.412)	(81.019)	(852.103)	(17.546)	(30.424)	(33.697)	-	(1.217.201)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.095)	(2.311)	(26.939)	-	-	2.928	-	(30.417)
Obrigações Pós-Emprego	(39.975)	(15.575)	(165.845)	-	-	(27.188)	-	(248.583)
Materiais	(8.118)	(2.115)	(29.226)	(74)	(1.387)	(78)	28	(40.970)
Serviços de Terceiros	(91.502)	(21.295)	(472.356)	(16.523)	(11.135)	(6.752)	17.757	(601.806)
Depreciação e Amortização	(156.261)	-	(367.753)	(24.949)	(40.402)	(11.832)	-	(601.197)
Provisões (Reversões) Operacionais	(56.512)	(6.935)	(370.553)	294	-	(280.531)	-	(714.237)
Custos de Construção	-	(36.405)	(854.060)	-	(27.390)	-	-	(917.855)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(48.224)	(7.898)	(284.938)	(13.406)	(7.651)	(12.656)	2.475	(372.298)
Total do Custo de Operação	(607.099)	(173.553)	(3.423.773)	(72.204)	(118.389)	(369.806)	20.260	(4.744.564)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.144.576)	(173.796)	(7.886.967)	(72.204)	(741.892)	(369.809)	153.303	(12.235.941)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	1.123.824	780.050	113.990	27.507	105.673	(280.247)	-	1.870.797
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)	301.402	(69.934)	(25.648)	-	(3.334)	-	47.260
Receitas Financeiras	134.676	4.100	597.394	3.275	11.548	84.198	-	835.191
Despesas Financeiras	(998.640)	(3.673)	(847.214)	(5.047)	(29.073)	(4.368)	-	(1.888.015)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	104.634	1.081.879	(205.764)	87	88.148	(203.751)	-	865.233
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.006)	(217.859)	23.223	(1.962)	(25.250)	62.454	-	(224.400)
RESULTADO	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.898	(141.297)	-	640.833
Participação dos acionistas controladores	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.628	(141.297)	-	640.563
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	270	-	-	270
	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.898	(141.297)	-	640.833

* A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$280.531 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na nota explicativa nº 15.



32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da controlada Cemig D cujo resultado representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e
- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$56.851 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$120.398 no mesmo período de 2016);
- Compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R\$974.680 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$761.145 no mesmo período de 2016).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aditivos a contratos de empréstimos com o Banco do Brasil

A controlada Cemig GT celebrou em 23 de outubro de 2017, aditivos a contratos de empréstimos firmados com o Banco do Brasil, no valor total de R\$549 milhões, com a finalidade de postergar em 60 dias o pagamento de parcelas com vencimentos em 24, 26 e 30 de outubro de 2017. Os juros a serem calculados sobre o saldo devedor passaram de 108% do CDI e de 112% do CDI para 128% do CDI, sendo que um dos aditivos manteve os juros na taxa original de 132,9% do CDI. As hipóteses de vencimento antecipado também foram objeto de alteração, para ficarem aderentes às cláusulas da 7ª Emissão de Debêntures Simples da Cemig GT.



Proposta vinculante para aporte primário na Renova

A controlada em conjunto Renova Energia S.A. recebeu da Brookfield, em 12 de novembro de 2017, uma proposta vinculante para aporte primário na mesma no valor de R\$ 1,4 bilhão, ao preço de R\$ 6,00 por unit.

Em adição, a oferta inclui earn-out de até R\$ 1,00 por unit, relativo a qualquer valor recebido pela Renova decorrente de ajuste futuro no preço de venda do Complexo Eólico Alto Sertão II.

A proposta ainda prevê o cumprimento de condições precedentes comuns em transações dessa natureza.

Em caso de aceite, será concedido à Brookfield um período de exclusividade de 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, para finalização dos documentos da transação. Tal transação deverá ser apreciada e aprovada pelos órgãos de governança da Renova e de seus controladores.

Proposta não vinculante relacionadas ao processo de desinvestimento

Em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 28 de agosto e 02 de outubro de 2017, a Companhia informou em 13 de novembro de 2017 que recebeu propostas não vinculantes relacionadas ao processo de desinvestimento, como resultado da primeira fase de acesso aos documentos e informações contidos na Sala de Informações do Grupo Light (Data Room). As referidas propostas estão em análise interna para eventual seleção para a próxima fase. Após esta eventual seleção, a conclusão do processo de desinvestimento estará ainda sujeita a uma fase de diligência e visitas técnicas (Due Diligence), envio de propostas vinculantes, negociações e aprovações finais para assinatura de acordos definitivos da referida operação, além das aprovações das condições precedentes usuais desse tipo de transação. Face ao estágio das discussões, nenhuma modificação foi feita no tratamento contábil do investimento na controlada em conjunto Light.

Proposta de aumento de capital na Cemig

Em 26 de outubro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou proposta referente ao aumento de capital no valor de até R\$1.000.000 mediante a emissão de até 66.849.505 novas ações ordinárias e de até 133.150.495 novas ações preferencias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$5,00, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,57 (“Aumento de Capital”). Após efetuado este aumento, o capital social da Companhia subscrito e integralizado passará de R\$6.294.208 para 7.294.208.



Todas as ações resultantes da citada subscrição farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital, que será realizado por meio de subscrição particular e será dada preferência aos atuais acionistas da Companhia de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais, sendo 0,1588762172 de nova ação para cada ação que possuírem ao final do dia da AGE que autorizar o aumento de capital.

Esta ação permitirá à Companhia obter recursos no montante de até R\$1.314.000, sendo certo que a diferença, no valor de até R\$314.000, será destinada à conta de reserva de capital. A diluição potencial resultante da emissão, caso algum acionista não venha a aderir à subscrição, é de 13,704239283% para as ações rdinárias e para as ações preferenciais. Os atuais acionistas poderão exercer o direito preferencial à subscrição, no período de 30 de outubro de 2017 a 29 de novembro de 2017, em 15,887624200% sobre as ações da mesma espécie que possuírem no final do dia da assembleia geral extraordinária que deliberar sobre este assunto.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Minas Gerais
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação e indenização da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado na nota 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente o direito à renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, e que foram leiloadas pelo poder concedente em 27 de setembro de 2017. Adicionalmente a Companhia está discutindo administrativamente os valores do ativo financeiro indenizável relativos às usinas em questão. A Companhia não espera incorrer em perdas decorrentes deste assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.), e na Norte Energia S.A. (“investidas”) avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos das investidas e determinados executivos desses outros acionistas. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras às investidas, além das divulgações efetuadas na nota 15. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Renova Energia S.A. (“Renova”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de abril de 2017, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 27 de abril de 2017, ambos sem modificação e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 14 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2017, um lucro líquido de R\$397.182 em comparação ao lucro líquido de R\$640.833 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Destaca-se que, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, as controladas Cemig GT e a Cemig D efetuaram adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$582.956, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. O valor registrado no resultado do 3º trimestre de 2017 foi de R\$587.624, sendo R\$562.406 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

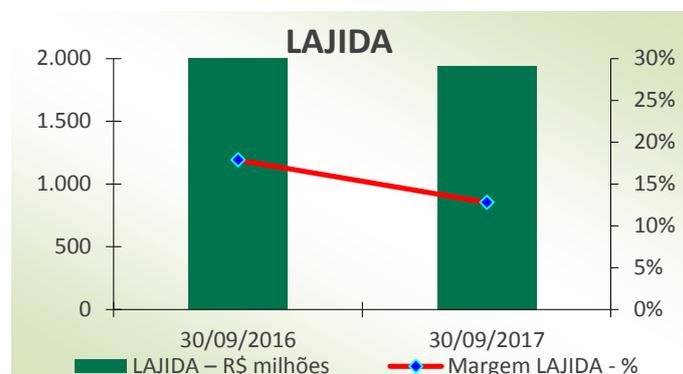
Também como eventos não recorrentes do 3º trimestre de 2017, a Companhia registrou uma receita referente a atualização da indenização dos ativos de geração, no valor de R\$259.516 e a reversão da provisão do AFAC, cujo efeito no resultado financeiro foi de R\$277.723, sendo R\$239.445 uma reversão de provisão e R\$38.278 uma receita financeira decorrente da atualização do depósito administrativo. Mais detalhes nas notas explicativas 11 e 22.



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 22,98% no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2017	30/09/2016	Var %
Resultado do Período	397.182	640.833	(38,02)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	204.594	224.400	(8,83)
+ Resultado Financeiro	721.886	1.052.824	(31,43)
+ Depreciação e Amortização	616.783	601.197	2,59
= LAJIDA	1.940.445	2.519.254	(22,98)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Redução de 22,98% no LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas informações contábeis intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 17,86% no período de janeiro a setembro de 2016 para 12,80% no mesmo período de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$17.387.754 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$17.315.733 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 0,42%.



Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$15.027.061 no período de janeiro a setembro de 2017 comparada a R\$15.305.033 no mesmo período de 2016, representado uma redução de 1,82%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados;
- Redução de 1,56% no volume de energia vendida;
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a setembro de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:



A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	30/09/2017	30/09/2016	Var %
Residencial	7.489.980	7.406.095	1,13
Industrial	13.162.944	14.541.717	(9,48)
Comércio, Serviços e Outros	5.581.213	4.907.884	13,72
Rural	2.769.082	2.699.294	2,59
Poder Público	644.621	659.997	(2,33)
Iluminação Pública	1.030.199	1.012.312	1,77
Serviço Público	977.757	930.708	5,06
Subtotal	31.655.796	32.158.007	(1,56)
Consumo Próprio	26.946	27.614	(2,42)
	31.682.742	32.185.621	(1,56)
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	9.167.876	8.813.064	4,03
Total	40.850.618	40.998.685	(0,36)

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 9,48% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.230.623, comparada a R\$1.348.132 no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de 8,72%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No período de janeiro a setembro de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados no montante de R\$148.216, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$937.053 no mesmo período de 2016.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no período de janeiro a setembro de 2017 em função do baixo nível dos reservatórios, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das informações contábeis intermediárias.



Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$295.749 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado ao valor de R\$692.211 no mesmo período de 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no montante de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 14 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas informações contábeis intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$536.507 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$138.870 no mesmo período de 2016, aumento de R\$397.637. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 322,61% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$299,42/MWh em 30 de setembro de 2017 e R\$70,85/MWh em 30 de setembro de 2016) e da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.305.636 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado a R\$1.037.126 no mesmo período de 2016, um aumento de 25,89%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 32,10% no volume de gás vendido (982.235m³ no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a 743.534m³ no mesmo período de 2016).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$736.754 no período de janeiro a setembro de 2017 comparadas a R\$917.855 no mesmo período de 2016, apresentando uma redução de 19,73%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos vinculados à concessão.



Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia, Receita de Concessão de Transmissão, Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga e Outras Receitas Operacionais, foram de R\$1.561.119 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$1.527.798 no mesmo período de 2016, um aumento de 2,18%. A composição das receitas operações está demonstrada na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$8.308.094 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$7.933.934 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 4,72%.

A Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$562.406 no ICMS incidente sobre a receita.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.326.946 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$1.596.577 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016, redução de 24,72%. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados.



Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$13.809.439 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$12.235.941 no mesmo período de 2016, um aumento de 12,86%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$7.685.392 no período de janeiro a setembro de 2017 comparada a R\$6.126.458 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 24,45%.

Este resultado foi decorrente basicamente do aumento de 166,70% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$1.180.780 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$487.536 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$791.339 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$741.416 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 6,73%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.



Provisões operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$558.793 no período de janeiro a setembro de 2017, comparadas a R\$714.237 no mesmo período de 2016, uma redução de 21,76%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Variação do valor justo nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$160.903 no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com R\$297.073 no mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda);
- Redução das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$191.343 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$282.915 no mesmo período de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa em 2017 para recebimento dos créditos em atraso;
- Em relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$188.013 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$69.963 no mesmo período de 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Maiores informações na nota explicativa nº 23.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.275.667 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$1.217.201 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 4,80%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$197.326 em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2016 de R\$92.919;
- Redução de 13,49% no número de empregados médios nos períodos comparados (6.631 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 7.666 no mesmo período de 2016).



Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$736.754 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$917.855 do mesmo período de 2016, uma redução de 19,73%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$789.861 comparada a uma despesa de R\$623.503 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 26,68%. Esta variação decorre basicamente aumento de 33,72% na quantidade de gás comprado para revenda (987.442 m³ no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a 738.421m³ no mesmo período de 2016), parcialmente compensado pela redução dos encargos, proveniente do novo acordo entre a Gasmig e Petrobrás com a redução da retirada diária de gás.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou uma perda de R\$20.680 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação ao ganho de R\$47.260 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente dos resultados negativos com equivalência patrimonial na Madeira Energia (R\$84.553), no Fip Melbourne – Usina de Santo Antônio (R\$73.209) e Renova (R\$50.048) e pela redução no ganho com equivalência na Taesa, devido a redução de participação acionária que passou de 43,36% em setembro de 2016 para 31,54% em setembro de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2017 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$721.886 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.052.824 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$157.711 na despesa financeira referente variação monetária de empréstimos e financiamentos em função da variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,78% no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação a variação de 5,51% no mesmo período de 2016;



- Redução de R\$230.602 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função, principalmente, da redução do CDI, principal indexador da dívida, que foi de 8,03% de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 10,42% no mesmo período de 2016;
- Reversão da provisão decorrente da variação monetária do AFAC no montante de R\$239.445. Vide mais informações na nota explicativa nº 23;
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$206.967 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$40.086 no mesmo período de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016 a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide mais informações na nota explicativa nº 14;
- Redução de R\$38.381 nos encargos de variação monetária de dívida pactuada com a Forluz também em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, conforme mencionado acima.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a setembro de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$204.594 em relação ao lucro de R\$601.776 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 34,00%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.400 em relação ao Resultado de R\$865.233, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,94%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 destas informações contábeis intermediárias.

Resultado do Trimestre

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2017, um prejuízo líquido de R\$83.666 em comparação ao lucro líquido de R\$433.502 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.



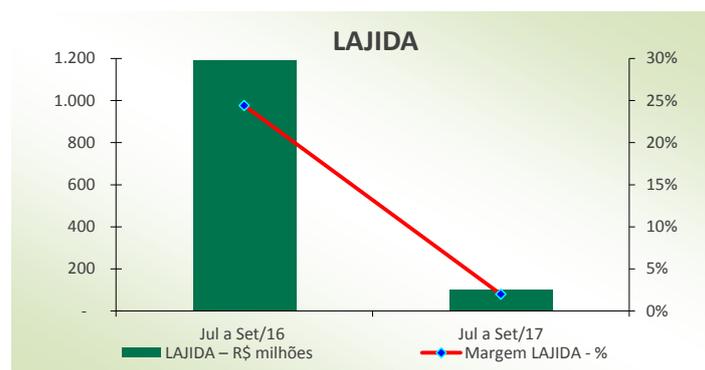
Destaca-se que, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 a Cemig GT e Cemig D efetuaram adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$ 582.956, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. O valor registrado no resultado do 3º trimestre de 2017 foi de R\$587.629, sendo R\$562.411 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

Também como eventos não recorrentes do 3º trimestre de 2017, a Companhia registrou uma receita referente a atualização da indenização dos ativos de geração, no valor de R\$259.516 e a reversão da provisão do AFAC, cujo efeito no resultado financeiro foi de R\$277.723, sendo R\$239.445 uma reversão de provisão e R\$38.278 uma receita financeira decorrente da atualização do depósito administrativo. Mais detalhes nas notas explicativas 11 e 23.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 91,58% no terceiro trimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016	Var %
Resultado do Período	(83.666)	433.502	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(9.334)	135.034	-
+ Resultado Financeiro	(12.414)	422.912	(37,69)
+ Depreciação e Amortização	205.983	202.480	1,73
= LAJIDA	100.569	1.193.928	(91,58)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A redução de 91,58% no LAJIDA, no terceiro trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016 decorre, principalmente, do prejuízo de R\$265.788 no terceiro trimestre de 2017 em comparação ao lucro de R\$433.502 no mesmo período de 2016. A margem do LAJIDA da Companhia foi de 24,39% no terceiro trimestre de 2016 comparado a 1,97% no terceiro trimestre de 2017.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.815.621 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$5.787.568 no mesmo período de 2016, representando aumento de 0,48%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.882.538 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$5.025.744 no mesmo período de 2016, representado uma redução de 2,85%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (feito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- Aumento de 1,99% no volume de energia vendida aos consumidores finais;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no terceiro trimestre de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:



A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016	Var %
Residencial	2.456.908	2.389.353	2,83
Industrial	4.458.794	5.031.850	(11,39)
Comércio, Serviços e Outros	1.776.377	1.522.936	16,64
Rural	1.016.897	1.015.555	0,13
Poder Público	207.967	208.314	(0,17)
Iluminação Pública	354.299	338.892	4,55
Serviço Público	338.415	318.605	6,22
Subtotal	10.609.657	10.825.505	(1,99)
Consumo Próprio	8.896	8.528	4,32
	10.618.553	10.834.033	(1,99)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.427.498	3.006.675	14,00
Total	14.046.051	13.840.708	1,48

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 11,39% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2017, a receita foi de R\$330.147 comparada a R\$511.552 do mesmo período de 2016, redução de 35,46%.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No terceiro trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados aos consumidores no próximo reajuste tarifário no montante de R\$480.112, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$273.498 no mesmo período de 2016.

Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no terceiro trimestre de 2017, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das informações contábeis intermediárias.



Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$25.894 no terceiro trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$99.742 no mesmo período de 2016.

No 2º trimestre do exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Receita de Indenização da Geração

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$484.491 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$339.634 no mesmo período de 2016, um aumento 42,65%, decorrente basicamente do aumento de gás vendido (375.870m³ no terceiro trimestre de 2017 comparados a 238.440m³ no terceiro trimestre de 2016).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$295.720 no terceiro trimestre de 2017 comparadas a R\$334.122 no mesmo período de 2016, apresentando redução de 11,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, Receita de Concessão de Transmissão, Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga e Outras Receitas Operacionais, em conjunto, apresentaram uma redução de 1,85% nos períodos comparados (R\$514.064 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a R\$519.158 no mesmo período de 2016).



Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$3.181.073 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$2.509.870 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 26,74%.

Conforme mencionado no início deste comentário, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$587.629 na despesa com ICMS.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$467.576 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$571.148 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve um aumento dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$101.625 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a reversão de R\$429 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se à alteração na bandeira tarifária, que foi amarela no mês de julho e vermelha no mês de agosto de 2017, em comparação à bandeira verde no terceiro trimestre de 2016, o que implicou no maior recebimento de valores no terceiro trimestre de 2017.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais apresentaram um aumento de 31,06% nos trimestres comparados, sendo R\$5.160.438 no terceiro trimestre de 2017 e R\$3.937.376 no mesmo período de 2016. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.



As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.942.974 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$2.170.348 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 35,60%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 26,83% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$824.699 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$650.259 no mesmo período de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente regulado em 2017;
- Aumento de 107,95% na despesa com energia de curto prazo, que foi de R\$408.859 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$196.612 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017 decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$387.078 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$215.504 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 79,62%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$188.875 no terceiro trimestre de 2017, comparadas a uma reversão de R\$19.375 no mesmo período de 2016. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:



- Reversão de provisão nas opções de investimento da RME e LEPSA, no montante de R\$166.767 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a uma constituição de R\$85.306 no mesmo período de 2017. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda);
- Redução das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$50.458 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$108.349 no terceiro trimestre de 2016, principalmente em função da redução da inadimplência no período.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$358.505 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$373.986 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 4,14%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 17,39% no número médio de empregados, sendo 6.166 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 7.464 no terceiro trimestre de 2016, parcialmente compensado pelo reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo.
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$31.904 em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2016 de R\$29.034.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$886 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$24.217 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$295.720 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$334.122 do mesmo período de 2016, uma redução de 11,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.



Gás Comprado para Revenda

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$304.698 comparada a uma despesa de R\$196.494 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 55,07%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da quantidade de gás comprado (385.487m³ no terceiro trimestre de 2017 comparados a 234.926m³ no terceiro trimestre de 2016).

Resultado de Equivalência Patrimonial

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia apurou uma perda líquida com equivalência patrimonial no montante de R\$80.798 comparado a um ganho líquido de R\$33.218 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente de: (i) resultado da Renova, que apresentou uma perda de R\$86.601 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a uma perda de R\$26.179 no mesmo período de 2016; e, (ii) ganho na Taesa de R\$45.006 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a um ganho de R\$90.873 no mesmo período de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2017 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$12.414 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$422.912 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Reversão da provisão decorrente da variação monetária do AFAC no montante de R\$239.445. Vide mais informações na nota explicativa nº 23;
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$19.403 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$12.006 no terceiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 14;
- Redução de R\$38.718 nas rendas de aplicação financeira em função, principalmente, do menor volume de recursos aplicados;
- Redução de R\$41.277 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, em função da variação do IPCA, indexador da dívida, no período (0,59 % no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 1,04% no terceiro trimestre de 2016);



- redução de 34,39% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$344.297 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$524.775 no mesmo período de 2016, em função da menor variação do CDI, principal indexador da dívida da Companhia, que foi de 2,29% no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 3,47% no mesmo período de 2016.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No terceiro trimestre de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$9.334 em relação ao prejuízo de R\$93.000 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 10,04%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$135.034 em relação ao lucro de R\$568.536, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,75%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 destas informações contábeis intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de setembro de 2017, reuniu-se 25 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:



Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a R\$17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.



Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30 de setembro de 2017 foram realizadas 37 reuniões.



Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2017, até o mês de setembro, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.



Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.



Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortalidade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.



Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.



Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	4.860.228	0,58	8.649.862	0,39
Total Controlador	214.471.442	50,97	4.860.228	0,58	223.064.601	17,42
AGC Energia S/A (1)	68.545.756	16,29	-	-	68.545.756	5,45
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	9,90	62.469.590	7,45	104.105.344	8,27
BNDSPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

	30/09/2017	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	4.860.228
Conselho de Administração	103.606	181.473
Diretoria Executiva	3	83
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.189.588	832.474.513
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2016, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.



As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no começo de junho de 2017, pelo 22º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.



Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.



(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Ronaldo Gomes de Abreu

Diretor de Distribuição e
Comercialização, interinamente

José de Araújo Lins Neto

Diretor de Gestão Empresarial

José Maria Rabelo

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente, interina e
cumulativamente

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor de Geração e Transmissão

Thiago de Azevedo Camargo

Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Dimas Costa

Diretor Comercial

Luciano de Araújo Ferraz

Diretor Jurídico

Leonardo Felipe Mesquita

Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260